

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

Gisele Araújo de Andrade

**COMPREENDER E PROMOVER MUDANÇAS NO SISTEMA INTERNACIONAL:
CONTRIBUIÇÕES DAS TEORIAS CRÍTICAS DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

Porto Alegre

Dezembro/2012

GISELE ARAÚJO DE ANDRADE

**COMPREENDER E PROMOVER MUDANÇAS NO SISTEMA INTERNACIONAL:
CONTRIBUIÇÕES DAS TEORIAS CRÍTICAS DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

Trabalho de conclusão submetido ao Curso de Graduação em Relações Internacionais da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais.

Orientador: Prof. Dr. Érico Esteves Duarte

Porto Alegre

2012

GISELE ARAÚJO DE ANDRADE

**COMPREENDER E PROMOVER MUDANÇAS NO SISTEMA INTERNACIONAL:
CONTRIBUIÇÕES DAS TEORIAS CRÍTICAS DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

Trabalho de conclusão submetido ao Curso de Graduação em Relações Internacionais da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais.

Aprovado em: Porto Alegre, 17 de dezembro de 2012.

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Érico Esteves Duarte – Orientador
UFRGS

Prof. Dr. José Miguel Quedi Martins
UFRGS

Prof. Dr. Marco Aurélio Chaves Cepik
UFRGS

AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer em primeiro lugar aos meus pais. Para além de me darem a vida, eles me transmitiram valores e princípios, os quais busco seguir ao tomar as minhas decisões e ao conviver com os outros. Serei eternamente grata pela educação que me deram, pelo apoio que me dão e por tudo que fizeram e ainda fazem por mim. Em especial, gostaria de agradecer a minha mãe, quem primeiro despertou o espírito crítico que há em mim.

Ao meu orientador Érico Esteves Duarte, por ter contribuído com suas críticas e sugestões e por ter me dado liberdade na escolha e condução do tema. Agradeço também aos professores que tive nesta universidade e ao longo da minha vida, em especial àqueles que me fizeram admirá-los, pela capacidade de transmitir seu conhecimento de uma maneira eficaz e despretensiosa, por não se julgarem os donos da verdade, mas sim buscarem que o aluno chegue às suas próprias conclusões, que desenvolva o seu raciocínio e a sua capacidade crítica. Àqueles que com certeza ficarão na minha memória, por terem me motivado e contribuído de forma significativa para a minha formação.

Gostaria de agradecer à Universidade Federal do Rio Grande do Sul, por ter me proporcionado uma educação superior pública de qualidade. Também pelas muitas oportunidades que ela fornece que complementam a formação do estudante.

Aos diversos autores que li cujas ideias me inspiraram e fizeram com que me sentisse feliz em saber que não sou a única que penso da maneira que penso, e àqueles, também, que me fizeram refletir sobre novas questões, ou diferentes pontos de vista, os quais antes não havia considerado. Afinal, é importante buscar ideias divergentes das nossas, e ao invés de rejeitá-las, dialogar com elas, porque, a meu ver, é dessa forma que o conhecimento pessoal e coletivo se expande.

Por último, mas não menos importante, gostaria de agradecer aos meus amigos, pessoas especiais com as quais tive a oportunidade de conviver, que também me ensinaram muito, e com quem pude contar nos bons e nos maus momentos. Também a todas as pessoas que cruzaram o meu caminho e que de alguma forma me acrescentaram alguma coisa. Afinal, eu sou o resultado dessas interações, sempre buscando extrair o que considero positivo nelas.

“Every solution of the problem of political change, whether national or international, must be based on a compromise between morality and power.”

(E. H. Carr, 1939)

RESUMO

O presente trabalho parte do Terceiro Debate de Relações Internacionais e expõe em que consistiram as questões levantadas pelas correntes pós-positivistas, e como elas contribuem para enriquecer a produção de conhecimento científico. São analisadas em maior detalhe as proposições teóricas da Teoria Crítica Internacional e da Teoria Construtivista, com o intuito de mostrar em que medida elas desenvolvem análises mais ricas e mais complexas que permitem ampliar a compreensão acerca das mudanças que ocorrem no sistema internacional. São apresentadas algumas críticas feitas às abordagens tradicionais dos estudos de segurança, que propõem outras unidades de análise para além de uma visão estatista. As transformações que ocorreram nas últimas décadas trazem à luz a necessidade de revisar conceitos até então naturalizados e de tornar o estudo e a prática das Relações Internacionais mais atentos à dimensão humana.

Palavras-chave: Pós-Positivismo. Teorias Críticas. Construtivismo. Estudos críticos de segurança.

ABSTRACT

This paper's starting point is the Third Debate of International Relations, it exposes in what consist the questions raised by post-positivist approaches, and how they contribute to enrich the production of scientific knowledge. It analyzes in further detail the theoretical propositions of the International Critical Theory and the Constructivist Theory, in order to show in which extent they develop richer and more complex analysis that allow expanding the understanding about the changes that take place in the international system. It exposes some critical views on traditional approaches of security studies that bring forward other units of analysis that go beyond a statist view. The transformations that have occurred in recent decades bring to light the need to review concepts previously naturalized and to make the study and practice of international relations more attentive to the human dimension.

Keywords: Post-Positivism. Critical Theories. Constructivism. Critical security studies.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	8
2 PÓS-POSITIVISMO: SURGIMENTO E RELEVÂNCIA NO CAMPO DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS.....	11
2.1 Teoria Crítica: potencialidades da ação humana para alterar a realidade.....	19
2.2 Teoria Construtivista: aplicação das propostas críticas para interpretar a política mundial.....	25
3 PERCEPÇÃO DE INADEQUAÇÕES DAS ESTRUTURAS MENTAIS CONVENCIONAIS.....	31
3.1 Repensar a segurança: contribuições das teorias críticas.....	37
3.2 Contestação da intersubjetividade dominante: possibilidades de uma mudança estrutural.....	46
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	53
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	58

1 INTRODUÇÃO

Observando sobre quais bases tem sido fundamentada a produção científica de Relações Internacionais no Brasil, percebe-se dois problemas. Em primeiro lugar, a reflexão teórica ocupa pouco espaço nas análises, que acabam centradas de sobremaneira nas observações empíricas dos fenômenos ligados a essa temática. Além disso, provavelmente influenciando o acima exposto, verifica-se que, em muitas universidades do país, é dada uma ênfase demasiada à abordagem realista, o *mainstream* teórico do campo, em detrimento das abordagens pós-positivistas, igualmente necessárias à formação de um internacionalista.

No presente trabalho, procura-se mostrar, em linhas gerais, em que consistiram as críticas pós-positivistas, e como elas contribuem para enriquecer a produção de conhecimento científico no campo das Relações Internacionais. Em um segundo momento, se buscará expor mais detalhadamente algumas das correntes teóricas que surgiram a partir do Terceiro Debate das Relações Internacionais – a Teoria Crítica e a Teoria Construtivista de Relações Internacionais – com o intuito de mostrar em que medida elas desenvolvem análises mais ricas e mais complexas.

Busca-se, por último, explicar quais são as críticas feitas às abordagens tradicionais dos estudos de segurança, sobretudo a partir das grandes mudanças que ocorreram a partir do fim da Guerra Fria, e que trazem à luz algumas limitações do *mainstream* teórico do campo. Trata-se de uma tentativa, dos estudos críticos de segurança, de superar a visão estatocêntrica, que é o núcleo duro do Realismo, propondo uma ideia que coloca a humanidade no centro da questão, como forma de minimizar as desigualdades e injustiças presentes no sistema internacional. Questões sobre governança global e a nova ordem emergente do pós Guerra Fria serão abordadas.

Defende-se, no presente trabalho, que as questões levantadas pelo Pós-Positivismo, a partir do Terceiro Debate das Relações Internacionais, são de fundamental importância, já que a heterodoxia e a reflexão filosófica que surgem a partir dele permitem a exploração de novas possibilidades, não ditando caminhos a serem percorridos (como é característico das teorias positivistas), mas ampliando os horizontes do pesquisador, e abrindo maior espaço para a sua capacidade de análise, interpretação e de criação.

Além disso, entende-se que, algumas teorias ligadas ao Pós-Positivismo, instigam o investigador a criar novos modelos interpretativos mais abrangentes e complexos, ao invés de seguir uma fórmula dada, normalmente reducionista, omitindo questões fundamentais. Dessa forma, vislumbra-se uma maior possibilidade de avanço e enriquecimento da produção de conhecimento científico na área.

Partindo-se, então, da ideia levantada no Terceiro Debate das Relações Internacionais, de que as teorias não são neutras e cumprem, portanto, alguma função social (mesmo que seja a de manter o status quo), busca-se desenvolver uma análise que destaque a relevância da inclusão de questões normativas nas teorias de Relações Internacionais. Isso baseado no entendimento de que se descrevemos o mundo como ele é (pretensão das teorias positivistas) não estamos contribuindo para melhorar suas falhas (como ele deveria ser; questões normativas), isto é, as injustiças que ocorrem quando, por exemplo, um país que tem mais poder impõe seus interesses sobre o dos outros.

Neste trabalho, optou-se por utilizar um artigo escrito por Yosef Lapid, em 1989, como a principal fonte sobre o terceiro debate tendo em vista que a sua obra, pelo seu conteúdo e pela época em que foi escrita, tornou-se referência para os acadêmicos que posteriormente foram escrever sobre o debate. Tratou-se de uma visão otimista, da qual partilho, em relação ao futuro da produção científica no campo. Essa escolha se deu, além disso, devido a uma percepção de que a maioria dessas análises acabou não se aprofundando sobre o que o autor entende como as principais contribuições do Pós-Positivismo no campo das Relações Internacionais.

Para os pós-positivistas, as questões normativas devem constar no chamado eixo temático, um dos elementos fundamentais de uma produção científica, já que ajudam a esclarecer o propósito da teoria e, com isso, trazem à luz os valores que a sustentam. A Teoria Crítica, que deriva dos pensamentos desenvolvidos pela Escola de Frankfurt, e que se desenvolve a partir do terceiro debate, representa um projeto emancipatório voltado para a eliminação das mais diversas formas de dominação que existem dentro do sistema internacional no qual estamos inseridos. Trata-se de uma abordagem oposta a das teorias positivistas cuja tendência é legitimar a ordem social e as estruturas políticas prevaletentes. Para melhor entendermos esse ponto, vale citar qual é o propósito da Teoria Crítica, segundo Robert Cox:

“[ela] não aceita considerar as instituições e as relações de poder como dadas e passa a questionar suas origens e como podem ser modificadas. [...] a Teoria Crítica supera os modelos tradicionais, visto que aponta para os problemas da ordem dominante e busca apontar para formas de superação dessa ordem.” (COX apud SARFATI, 2005, p.252)

Em relação à Teoria Construtivista, optou-se aqui por utilizar a obra de Price e Reus-Smit, intitulada *‘Dangerous Liaisons? Critical International Theory and Constructivism’*, de 1998, como principal obra de referência, por se tratar de uma visão que considera que o Construtivismo deriva da Teoria Crítica, ou melhor, que faz parte da família de teorias críticas de Relações Internacionais. Os autores partem do Terceiro Debate de Relações Internacionais e abordam as origens da Teoria Construtivista, o seu desenvolvimento, sua relação com as teorias positivistas, seus principais focos de análise, suas contribuições, os desafios que elas colocam às teorias racionalistas e como elas avançam os estudos das teorias críticas.

Em relação à estrutura do trabalho, além desta introdução, ele é composto por dois capítulos, cada um com duas subseções, seguidos de considerações finais. O primeiro capítulo tem como ponto de partida o Terceiro Debate de Relações Internacionais, ela trata do surgimento e da relevância das teorias pós-positivistas para o campo das Relações Internacionais.

Na primeira subseção desse capítulo, será abordada a Teoria Crítica Internacional, suas origens na Teoria Crítica Social vinculada à Escola de Frankfurt, se dará atenção especial ao pensamento desenvolvido por Mark Horkheimer. Também se dará bastante ênfase ao pensamento de Robert Cox, que foi quem desenvolveu a Teoria Crítica Internacional. Na segunda subseção, a Teoria Construtivista será contemplada. Considera-se que ela também faz parte das teorias críticas de Relações Internacionais, e busca-se mostrar de que forma ela enriqueceu os debates, e promoveu diálogo, com as teorias positivistas.

No segundo capítulo se buscará explicar, através do pensamento de Robert Cox, como as teorias pós-positivistas explicam melhor as mudanças no sistema internacional, enquanto as positivistas explicam e reificam a estabilidade. Também serão abordadas algumas consequências teóricas e práticas do fim da Guerra Fria. Esse capítulo mostra a percepção de inadequações das estruturas mentais convencionais vigentes.

Na primeira subseção desse capítulo, expõe-se os principais problemas e limitações dos estudos tradicionais de segurança que colocam os Estados-nacionais no centro da questão. A abordagem crítica de segurança considera o indivíduo como referência última desse tema, propondo uma série de mudanças na forma de conceber e promover a segurança. A segunda subseção versa sobre as possibilidades e limitações do propósito emancipatório das teorias críticas e mostra como formas de governança global surgiram e se intensificaram a partir da nova ordem emergente do pós Guerra Fria. Expõe-se, por fim, questões normativas que requerem maior atenção nos âmbitos teórico e prático das Relações Internacionais. A última seção destina-se às considerações finais.

2 PÓS-POSITIVISMO: SURGIMENTO E RELEVÂNCIA DAS ABORDAGENS CRÍTICAS NO CAMPO DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS

O chamado Terceiro Debate das Relações Internacionais (doravante denominado terceiro debate) se refere às publicações acadêmicas que começaram a aparecer a partir da década de 1980, questionando principalmente o caráter positivista e empiricista das teorias de Relações Internacionais. Em meio às questões levantadas no referido debate começam a emergir novas teorias, ou melhor, novas formas de se fazer teoria no campo das Relações Internacionais, denominadas Pós-Positivistas (LAPID, 1989). Entre elas estão as denominadas teorias críticas de Relações Internacionais que serão abordadas nas próximas duas subseções.

O terceiro debate, que questiona as teorias vigentes de Relações Internacionais, em especial o Realismo e o Neorealismo, é chamado de debate meta-teorético por levantar questões principalmente de caráter epistemológico, mas também ontológico e metodológico. Tratou-se de um desdobramento das discussões que já estavam ocorrendo nas décadas anteriores em relação ao que é o saber científico, qual é a melhor maneira de se construir conhecimento científico, e também se é possível produzir conhecimento científico no campo das ciências sociais (BURCHILL et al., 2005).

De acordo com Price e Reus-Smit (1998), o terceiro debate consistiu em uma crítica às assertivas prevalentes em relação ao conhecimento legítimo, à natureza

do mundo social e o propósito de se fazer teoria. A principal motivação que conduziu esse debate foi a preocupação em desvelar o que estava por trás dos discursos dominantes das teorias de Relações Internacionais. A exploração do discurso dominante não era somente um recurso analítico das teorias que surgiram (teorias críticas), mas a própria essência da sua análise, por considerar que a teoria e a prática se retroalimentam. Assim sendo, para se alterar a prática seria preciso se alterar a teoria, ou a forma de ver o mundo e as possibilidades da ação humana para a mudança. Seu propósito de fraturar e desestabilizar a hegemonia racionalista/positivista foi um primeiro passo necessário para se estabelecer uma nova perspectiva da política mundial (PRICE; REUS-SMIT, 1998, p.263).

Yosef Lapid destaca, em seu artigo de 1989, três temas relevantes que acabaram moldando o terceiro debate, e fazendo surgir o que o autor chama de era Pós-Positivista. Esses temas são: o interesse demonstrado no que tange às unidades meta-científicas, ao qual ele denominou Paradigmatismo; a preocupação em destacar as premissas ou suposições nas quais as teorias se apoiam, denominado Perspectivismo; e a convergência na aceitação de um pluralismo metodológico, ao qual chamou de Relativismo¹ (LAPID, 1989).

O Paradigmatismo se refere a uma concepção que considera o saber científico um acumulado de conhecimentos que derivam da constante renovação ou aperfeiçoamento teórico e que formam um agregado de saberes, tidos como legítimos durante um longo período de tempo. No entanto, nessa construção meta-científica estão incluídas premissas e suposições muitas vezes não evidentes, e também não questionadas por serem consenso de uma época, ou por derivarem de questões axiológicas (ligadas a valores). O Pós-Positivismo causou uma mudança significativa na escolha e no entendimento das unidades de análise científica, em oposição à tradicional lei ou generalização advinda da observação empírica, que consistia na unidade fundamental do fazer científico das teorias positivistas. A nova postura filosófica, descrita por Lapid, considera que o conhecimento científico consiste em uma tríade complexa (por estar completamente interligada) composta pelos seguintes eixos: o fenomenológico, o analítico e o eixo temático².

¹ No original (em inglês) esses três conceitos são: Paradigmatism, Perspectivism e Relativism.

² Tradução nossa para o que o autor denomina: phenomenic axis, analytic axis e thematic axis.

O eixo fenomenológico envolve o conteúdo empírico das teorias científicas, o objeto de análise. Já o eixo analítico se refere à interpretação do fenômeno que se está analisando, por meio de diversas abordagens (formulação de hipóteses, explicações ou modelos teóricos). Este último está diretamente ligado ao sujeito, à pessoa que está desenvolvendo a teoria, e que influencia de sobremaneira o primeiro eixo. Ou seja, para os pós-positivistas objeto e sujeito estão extremamente vinculados, considerando que a descrição ou interpretação do objeto dependerá das particularidades intrínsecas ao sujeito que o observa. A neutralidade científica, pressuposto de uma análise positivista, passa a ser contestada.

Por fim, o eixo temático refere-se ao que se define como realidade, às premissas epistemológicas que se adota, e aos aspectos ideológicos ou metafísicos que estão presentes nas teorias, mas que o positivismo buscou esconder ou ao menos não deixar evidente, sob pena de comprometer a 'validade' de sua teoria. Em suma, o Pós-Positivismo destaca o aspecto humano presente nas teorias, que o Positivismo sempre buscou eliminar ou minimizar. A partir dessa nova postura filosófica, o cientista torna-se o *centro do complexo social-intelectual-ético* (LAPID, 1989, p.240) conhecido como ciência.

Por considerar que o registro dos fatos estaria subordinado a uma apreciação valorativa do indivíduo, o Pós-Positivismo argumenta que a análise empírica é de utilidade limitada e destaca a relevância do eixo temático sobre o eixo fenomenológico. Ao se deixar claro que há uma interpretação dos fatos pelo sujeito que a observa, que a teoria analisa a realidade através de uma determinada perspectiva, o desafio que se coloca para o cientista agora, ao invés da busca pela refutação ou negação de uma teoria, é o incentivo à formulação de uma apreciação racional alternativa às já existentes. Ou seja, ao invés de uma substituição haveria uma complementação do saber científico, dentro de uma construção meta-científica cada vez mais complexa e abrangente. As discussões ao invés de limitarem-se a questões empíricas ou pontuais, se dariam entre modelos, entre o que se considera relevante para interpretar a realidade de determinada forma, produzindo, dessa forma, um avanço mais aprofundado do conhecimento científico da área (LAPID, 1989).

O que Lapid destaca ao se referir ao Paradigmatismo, no sentido que lhe foi dado pelo Pós-Positivismo, é a preocupação com a inclusão integral dos componentes do eixo temático nas construções meta-científicas, como pré-condição de inteligibilidade científica (LAPID, 1989). E essa preocupação com o eixo temático é vista como impulsora de revisões teóricas que promovem a construção de conhecimento progressivo, o que é considerado como uma das grandes contribuições do terceiro debate. Em outras palavras, para o autor, o terceiro debate abre uma série de possibilidades de se fazer ciência no campo das Relações Internacionais, podendo também ser visto como um discurso sobre a escolha de enquadramentos analíticos.

O eixo temático, somado ao Perspectivismo, traria mais validade às teorias por delinear claramente as premissas ontológicas, epistemológicas e axiológicas que as sustentam. A função do Perspectivismo, que de acordo com Lapid é outro tema de relevância levantado no terceiro debate, é a de deixar claro que temos nossas limitações e pressuposições, o que não necessariamente leva à distorção da investigação teórica.

O Perspectivismo pode facilitar o crescimento teórico já que a partir de premissas similares é possível se desenvolver um conhecimento mais aprofundado, mas também o conhecimento científico pode avançar de forma significativa quando o foco da discussão são as premissas assumidas. De acordo com Lapid, elas representam tanto a nossa ignorância quanto o nosso conhecimento. O terceiro debate busca, portanto, um redirecionamento da atenção do cientista para as questões que antes estavam “submersas”, mas que são de extrema importância porque as questões de observação e análise delas derivam. Ou seja, o Pós-Positivismo trata de trazer à luz a perspectiva que dá origem ou que alicerça (e ao mesmo tempo limita) uma determinada teoria.

Dentro do Pós-Positivismo encontramos subgrupos tais como o Pós-Estruturalismo e o Pós-Modernismo, caracterizados por levar ao extremo a postura perspectivista (LAPID, 1989) ou relativista (VASQUEZ, 1995). Isso se deve ao fato deles desconstruírem as teorias de uma forma tão radical que leva a duvidar se é possível se fazer ciência, quando se lida com fenômenos sociais. Praticamente tudo se torna objeto de crítica e está sujeito à falibilidade. Ao atacar principalmente os

pressupostos que sustentam as teorias, acabam rechaçando todo o raciocínio que se fez em cima delas, já que de um ponto de vista puramente lógico, se uma premissa está errada (ou é parcial), todo argumento que dela deriva, também estará.

Hoffman (1991³, apud PRICE; REUS-SMIT, 1998) identifica dois tipos de teorias que surgiram a partir do terceiro debate, e as classifica em interpretativismo crítico e interpretativismo radical. Este último se refere às referidas abordagens pós-modernas (ou pós-modernistas). O Pós-Modernismo rejeita todo e qualquer fundacionalismo⁴, pois entende que sempre haverá perspectivas marginalizadas, e por ser uma teorização um ato de poder, ela sempre estará produzindo ou reproduzindo alguma relação de dominação. Vasquez (1995) explica que para os pós-modernistas teoria e ciência não seriam repositórios de verdade, mas sim construções de realidade que são impostas de maneira arbitrária.

Por entender que tudo é parcial, que quando se escolhe uma posição se omite outra, o Pós-Modernismo questiona a própria legitimidade do conhecimento. De acordo com essa posição, o papel do teórico deveria ser, em vez de impor um significado, desconstruir e expor as imposições presentes nas teorias. Contudo, para Vasquez (1995) esse tipo de relativismo extremo é um perigo para o futuro das Relações Internacionais como ciência. Para o autor, o desafio que se impõe dentro do campo é o de estabelecer alguns critérios para diferenciar o que é conhecimento científico do que não é.

Por outro lado, as abordagens modernas, que seguem um interpretativismo crítico de acordo com Hoffman, defendem que deve haver um fundacionalismo mínimo. Mesmo expondo a natureza contingente do conhecimento, e reconhecendo a conexão que existe entre moralidade e poder, os teóricos críticos acreditam que é possível estabelecer um critério para diferenciar interpretações da vida social plausíveis das não-plausíveis. Para esses autores também é preciso se chegar a alguns princípios éticos básicos consensuais para se atingir uma política de ação emancipatória consistente (HOFFMAN⁵, 1991, apud PRICE; REUS-SMIT, 1998).

³ Hoffman, Mark (1991) 'Restructuring, Reconstruction, Reinscription, Rearticulation: Four Voices in Critical International Theory', *Millennium: Journal of International Studies* 20(2):169-85.

⁴ Tradução nossa (talvez não a mais adequada) do termo original (em inglês): *fundationalism*.

⁵ Hoffman, Mark (1991) 'Restructuring, Reconstruction, Reinscription, Rearticulation: Four Voices in Critical International Theory', *Millennium: Journal of International Studies* 20(2):169-85.

Dentre as correntes teóricas pós-positivistas, que seguem o interpretativismo crítico, se destacam as Teorias Críticas, Teorias Construtivistas e as Teorias Feministas. Como se verá mais adiante, é possível se falar de uma grande família de teoria crítica internacional, da qual as Teorias Construtivistas e as Teorias Feministas fariam parte. Além de apontar as falhas das teorias positivistas, elas propõem caminhos para contornar ou superar as vulnerabilidades acima expostas. Elas não negam a possibilidade de se fazer ciência, ao contrário, elas buscam um avanço na produção do conhecimento científico e, por isso, optou-se aqui por dar-lhes maior destaque. Uma das características principais dessas teorias é a de entender que toda teoria tem algum efeito sobre a realidade. Ao contrário das teorias que se propõem a descrever, ou melhor, a interpretar a realidade, a Teoria Crítica busca transformá-la.

Uma das grandes contribuições da Teoria Crítica, para o campo das Relações Internacionais, foi a de deixar claro o propósito das teorias que desenvolveram, por considerarem que nenhuma teoria é neutra e, assim sendo, cumprem alguma função social (que normalmente está mascarada nas teorias positivistas). Nota-se, também, uma preocupação a favor de uma abordagem na qual os dados empíricos ocupem nada mais, nada menos, que uma posição subordinada na elaboração dos pressupostos teóricos. Mais uma vez, trata-se da consideração de que o eixo temático determina o eixo fenomenológico e, portanto, deve ocupar um lugar de destaque na elaboração teórica (LAPID, 1989).

Pelo acima exposto, é possível perceber que muitas das questões levantadas no terceiro debate acabam por atacar os conceitos de ciência, objetividade, verdade e, também, racionalidade e lógica. Quando se questiona, não a falta de evidência de uma teoria, mas os critérios e princípios que tornam possível fazer julgamentos, e o por que deles adquirirem um status de privilégio, acaba-se entrando na discussão acerca da legitimidade do conhecimento e dos critérios para que adquira caráter científico. Em relação a isso, a compreensão do que é o pluralismo metodológico Pós-Positivista é relevante.

Ao referir-se ao Relativismo, Lapid destaca que a partir do terceiro debate o monismo metodológico positivista passa a ser contestado. O critério para se determinar se um conhecimento (na área de humanas) pode ser considerado

científico, ou não, passa a ser contingente, isto é, dependente do seu contexto histórico e social. Trata-se da constatação de que as verdades são provisórias (mudam em função da época, situação, etc) e são socialmente aceitas ou legitimadas. Partindo disso, segue-se que a metodologia que reconhece esse relativismo epistemológico é plural e, de acordo com Lapid, abre espaço para o florescimento de diversas e variadas ideias teóricas, com grande potencial para enriquecer o campo do saber, neste caso o das Relações Internacionais.

Uma das ideias defendidas no terceiro debate, de acordo com Vásquez (1995) é a de que não existiria nenhum fim da história (perfeição da humanidade, ou um objetivo a ser alcançado, ou um regime perfeito). Ou seja, não há uma maneira ótima de se fazer as coisas. Há diversas maneiras e uma não é necessariamente melhor que as outras. O que existe no mundo, de acordo com essa visão, são escolhas figurando como verdade. Uma escolha se pretende uma verdade. Uma teoria será aceita como conhecimento científico se as pessoas ou líderes (quem detêm o poder) aceitarem suas regras para guiar seus comportamentos, e dessa forma elas se tornam profecias auto-realizáveis. A realidade é uma construção social. A realidade é criada e construída por crenças e comportamento. Arranjos foram criados por seres humanos tanto de forma consciente como inconsciente. O que existe é ao mesmo tempo arbitrário e em algum grau produto de escolhas humanas.

A diversidade epistemológica e metodológica justificada pelo Pós-Positivismo contesta a até então tradicional busca por um consenso científico, por uma verdade mesmo que de caráter provisório. De acordo com Lapid isso significaria um sinal do colapso da concepção de Kuhn sobre a evolução do saber científico. Nem sempre uma teoria invalidaria e substituiria outra, visto que duas teorias podem ser complementares (tratar de diferentes aspectos da realidade) ou mesmo antagônicas (mas sem necessariamente comprometer a validade da outra) e contribuir igualmente para o avanço da ciência.

Já na década de 1970, Lakatos propõe uma outra maneira de se interpretar o avanço científico, introduzindo o conceito 'Programa de Pesquisa' e propondo uma outra perspectiva sobre o fazer ciência. De acordo com a visão lakatosiana as teorias devem ser progressivas e não degenerativas, ou seja, ao invés de tentar

refutar ou invalidar uma teoria, a preocupação do teórico deveria ser um comprometimento com o avanço da ciência, com a elaboração de teorias mais completas e abrangentes, isto é, com um maior grau explicativo (LAKATOS, 1999).

Em síntese, as teorias que surgiram a partir do Terceiro Debate de Relações Internacionais trouxeram mudanças de quatro tipos: epistemológico, metodológico, ontológico e normativo (PRICE; REUS-SMIT, 1998). Em relação ao primeiro, foram questionadas as abordagens positivistas em relação ao conhecimento, principalmente no que concerne a formulação de verdades objetivas e empiricamente verificáveis sobre o mundo social. Em relação ao segundo, houve uma rejeição à hegemonia de um único método científico, defendendo-se a pluralidade de abordagens para a geração de conhecimento dando destaque para as estratégias interpretativas.

Quanto à ontologia, as concepções realistas sobre a natureza e a ação humana foram desafiadas, defendendo-se, ao invés disso, a ideia de construção social das identidades dos atores e das instituições, e dando-se importância para a identidade na constituição dos interesses e da ação (foco principal das Teorias Construtivistas, como se verá na subseção 2.2). E, no que concerne a normatividade, condenou-se a suposta teorização livre de valores, alegando-se que se trata de algo impossível. O interpretativismo crítico, que surge a partir do terceiro debate, defende o desenvolvimento de teorias explicitamente comprometidas a expor e buscar eliminar as estruturas de dominação (objetivo da Teoria Crítica, como se verá na próxima subseção).

Outro efeito que o terceiro debate teve para o campo das Relações Internacionais foi a dissolução das fronteiras que o separavam dos demais campos de saber das Ciências Sociais. Antes havia uma preocupação em constituí-la como uma disciplina independente, limitando-a e criando uma barreira entre ela e a Teoria Política e a Ética, que para muitos analistas foi algo extremamente grave que se busca reparar. De acordo com Burchill et al. (2005) o estudo das Relações Internacionais nas décadas de 1980 e 1990 construiu vínculos com a teoria social, a sociologia histórica, a história mundial, e a antropologia cultural, tornando-se mais interdisciplinar.

2.1 Teoria Crítica: potencialidades da ação humana para alterar a realidade

O termo “Teoria Crítica” aparece pela primeira vez em um artigo de 1937, escrito por Max Horkheimer (pensador ligado à Escola de Frankfurt⁶), e se refere a uma ruptura epistemológica proposta pelo autor para as ciências sociais (SILVA, 2005). As chamadas teorias tradicionais (positivistas), nas quais estão incluídas as teorias das ciências naturais (e que as teorias sociais buscaram imitar), partem do pressuposto que há uma realidade a ser desvendada pelo cientista, que não tem a capacidade de interferir nela, somente observá-la e descrevê-la. As teorias tradicionais surgem a partir de uma perspectiva de que a racionalidade é o critério único e absoluto para a validação do conhecimento humano. É o lema, ligado a essa racionalidade restritiva é: conhecer para prever, prever para controlar (SILVA, 2005).

Horkheimer busca trazer à luz o entendimento de como a teoria tradicional concebe a relação entre pensamento e realidade, entre sujeito e objeto. O autor, opondo-se à perspectiva tradicional (positivista), argumenta que o cientista social faz parte do seu objeto de estudo e, portanto, não pode ser considerado desinteressado ou imparcial ao elaborar uma teoria. Ao identificar que a análise do cientista social depende, ou melhor, é condicionada por uma estrutura social que em maior ou menor grau irá influenciar sua percepção sobre a realidade, ele evidencia a necessidade de diferenciação entre as ciências naturais e as sociais (SILVA, 2005). Horkheimer considera falácias epistemológicas a separação entre valor e pesquisador, teoria e prática, criadas pelo modelo hegemônico cartesiano de teoria (WYN JONES, 1999).

Cabe salientar que Horkheimer entende que o tipo de conhecimento factual e instrumental que é gerado pelas teorias tradicionais, é necessário e seguirá sendo. Sua crítica se refere a que a concepção teórica tradicional era absolutista, como se atingisse a natureza intrínseca do conhecimento, era justificada de uma maneira a-histórica e, assim, acabou tornando-se uma categoria ideológica reificada (WYN JONES, 1999). Tal reificação deixaria os teóricos cegos em relação a como suas teorias são produzidas, o papel social do seu trabalho, e a influência que eles

⁶ Para maiores informações sobre a Escola de Frankfurt ver Wyn Jones, 1999, capítulo 1.

mesmos desempenham. Segundo Wyn Jones (1999) há uma ausência de flexibilidade nas teorias tradicionais.

De acordo com Horkheimer, teorias tradicionais em todos os campos tendem a estabelecer normas e a privilegiar um entendimento em particular do que significa produzir conhecimento. Tornam ilegítimas outras formas de conhecer e de ser. Esse autor está convencido de que não há teoria da sociedade que não contenha motivações políticas, mesmo elas se manifestando de maneira inconsciente. Fred Halliday (apud BURCHILL et al., 2005) também argumentava que toda atividade social envolve questões morais, definição de certo ou errado, e que essas não são intrínsecas aos fatos.

Para Horkheimer as teorias tradicionais defendem ou perpetuam uma ordem social injusta, e por isso ele sugere a adoção de uma concepção alternativa e crítica de teoria. Na sua base deve estar a rejeição da ordem prevalecente, e seu propósito deve ser a alteração da forma em que a sociedade está organizada. Nas palavras de Horkheimer, a teoria crítica: “[...] não está preocupada somente com metas já traçadas e que dizem respeito a formas já existentes de vida, mas com os homens e todas suas potencialidades.” (HORKHEIMER⁷, 1972, apud WYN JONES, 1999, p.39, tradução nossa)⁸.

Não só as decisões do que estudar, mas também a forma com que os resultados são interpretados são, para Horkheimer, mais um processo social do que científico. Mesmo estando ou não conscientes disso, as pessoas são influenciadas pelas estruturas que as cercam. Além disso, Horkheimer constata (como se verá mais detalhadamente com as reflexões de Robert Cox) que as teorias desempenham um papel vital na produção e reprodução das estruturas prevalecentes. Só porque os vínculos entre teoria e prática muitas vezes não são evidentes, não significa que eles não existam nem que não sejam fortes.

A relevância da teoria crítica para o campo das Relações Internacionais se evidencia a partir da publicação de “Social Forces, States and World Orders: Beyond

⁷ Horkheimer, Max (1972), *Critical Theory: Selected Essays*, translated by Matthew J. O’Connell and others. New York: Seabury Press.

⁸ Do original (em inglês): “[This theory] is not concerned only with goals already posed by existent ways of life, but with men and all their potentialities.”

International Relations Theory”, em 1981, por Robert Cox, extremamente influenciado pelos pensamentos associados à Escola de Frankfurt. Convicto da já mencionada especificidade das ciências sociais (que sujeito e objeto estão profundamente ligados), Cox considera como uma importante dimensão para se analisar uma teoria o que chama de Perspectiva (SILVA, 2005). Trata-se da identificação do contexto social do sujeito que escreveu uma determinada teoria, de modo a entender o que influenciou na sua definição ontológica.

Para ilustrar esse aspecto, Silva (2005) explica que o realismo político foi desenvolvido principalmente por teóricos estado-unidenses e britânicos e, coincidentemente ou não, essa corrente de pensamento tende a interpretar as relações internacionais como sendo reflexo dos interesses do Estado hegemônico, ou das disputas de poder entre os Estados que aspiram a esse status e o atual hegemona. Ele também identifica que os teóricos da dependência (teoria político-econômica) provêm de Estados periféricos ou semiperiféricos, isto é, marginalizados. Ou seja, é possível se perceber nesses casos a influência que o contexto social do pesquisador teve sobre a sua abordagem teórica. Nas palavras de Cox:

O mundo é visto de uma posição definida em termos de nação ou classe social; de dominação ou subordinação; de ascensão ou declínio de poder; de um sentido de imobilidade ou de crise atual; de experiências passadas e de esperanças e expectativas para o futuro. [...] Por conseguinte, não existe teoria por si só, divorciada de sua posição no tempo e no espaço. Quando uma teoria se apresenta como tal, faz-se necessário examiná-la como uma ideologia, e tentar revelar sua perspectiva. (COX⁹ apud SILVA, 2005)

Corroborando com essa visão, Burchill [et al.] (2005) argumentam que o idioma, a cultura, a religião, a etnicidade, a classe social, o gênero, são alguns dos fatores que condicionam a visão de mundo de uma pessoa. Eles vão mais além e dizem que somente a partir de algum enquadramento cultural e linguístico é possível se entender e interpretar os fatos que ocorrem no mundo. A conceituação, que é uma atividade inerentemente filosófica, é parte essencial de qualquer análise científica e ela é um instrumento utilizado pelo sujeito para descrever o seu objeto de estudo. Ou seja, a realidade, os fenômenos sociais (o objeto) passam por um filtro (o sujeito), impregnado de crenças e valores, para tornar-se teoria (na forma de

⁹ COX, Robert W. “Critical Political Economy”, in B. Hettne (org.) *International Political Economy: Underglobal Disorder*. Nova Scotia, Fernwood Books, p.87, 1995.

conceitos). De acordo com Cox (2000), o modo como são formulados os objetivos de uma teoria é produto do 'fazer teoria', de uma interpretação da realidade, e irá influenciar o que está por vir.

Embora toda teoria social reflita preocupações de uma época histórica na qual ela foi formulada, ela não pode ser reduzida ao seu contexto histórico e social, porque se estaria ignorando a capacidade do ser humano de criatividade e flexibilidade e abstração. Contextos podem ser fontes de inspiração, mas é possível e deve-se buscar manter uma certa distância crítica deles (WYN JONES, 1999). De acordo com Robert Cox toda teoria tem um ponto de partida ontológico que, por ser uma escolha, está aberto a questionamentos. Para ele, a ontologia deriva da experiência histórica da pessoa que a formula, e incorpora-se ao mundo que ela constrói. Ainda segundo Cox, a teoria segue a realidade, mas também a precede e a modela (COX, 2000). Fazer teoria é refletir e se posicionar sobre o que aconteceu, mas a compreensão do que o contexto histórico permite fazer, proíbe ou obriga, limita as ações e, portanto, tem influência sobre o que irá acontecer.

A Problemática, que é outra dimensão teórica destacada por Cox, se refere às premissas adotadas pelo cientista social, e está bastante vinculada à questão da conceituação. Dado que a realidade é complexa e multifacetada, a Problemática diz respeito a uma escolha em relação ao que considerar mais relevante, à determinação do foco da análise. No caso do realismo político, Silva (2005) destaca que é fácil identificar a segurança e a ordem internacional como a problemática central dessa teoria. Já o foco das teorias críticas se dá sobre os diferentes tipos de injustiças que estão presentes no sistema internacional, como as relações de dominação e subordinação, e como isso pode ser alterado (SARFATI, 2005).

De modo geral, as teorias realistas ou neorrealistas buscam identificar e descrever como é o funcionamento 'natural' dos fenômenos da política internacional, os quais não podemos alterar. Inclusive, ao tratar dos atores políticos, essas teorias partem de premissas a-históricas, identificando características que elas acreditam serem intrínsecas a eles (egoísmo, racionalidade, maximização de benefícios), independentemente do contexto social ou histórico. Partindo-se dessa racionalidade distorcida (a-histórica), Cox explica que não há como se vislumbrar um futuro diferente do passado. Inspirado nas ideias de Giambattista Vico, Cox afirma que não

podemos abstrair o ser humano e o Estado da história, de modo a definir sua substância ou essência como sendo independentes dela (COX, 1986).

Cox (1986) explica que de acordo com o pensamento dialético, qualquer afirmação sobre a realidade contém implicitamente sua oposição e, não sendo mutuamente exclusivas, ambas comportam algum grau de verdade, concebendo este último conceito como algo mutável, nunca capaz de ser encapsulado em uma forma definitiva. A história, na visão de Cox - que adota a perspectiva da dialética marxista- contém em si a ideia de mudança, que se refere à existência potencial de formas alternativas de desenvolvimento, resultante da confrontação de forças sociais opostas presentes em qualquer situação histórica.

Cox (1986) observa que tanto o materialismo histórico quanto o neorrealismo dão atenção especial ao conflito. No entanto, enquanto este último vê o conflito como consequência de uma estrutura que permanece, o materialismo histórico o vê como uma possível causa de uma mudança estrutural. Além disso, enquanto o foco do neorrealismo é as relações de poder entre Estados, o materialismo histórico também analisa as relações de poder entre o Estado e a sociedade civil. Segundo Cox, a abordagem crítica do materialismo histórico examina as conexões entre o poder em três dimensões: na produção, no Estado e nas relações internacionais. Ao desconsiderar a primeira dimensão, o neorrealismo desconsidera potenciais possibilidades de mudança. Para Cox, em todo processo histórico existe uma inter-relação entre forças sociais, formas de Estados e ordem mundial, ou seja, uma exerce influência sobre as outras, podendo alterar-se.

De acordo com Cox (1986) não adianta identificar que sempre houveram dominantes e dominados, já que a interação e o grau de influência de uma força sobre outra só é identificável dentro de uma análise histórica mais profunda. O raciocínio dedutivo das teorias realistas ignora as forças sociais que tornam possível as mudanças, que ocorrem mesmo quando segue existindo um grupo de dominantes e outro de dominados. Além disso, o fato dessas teorias tomarem o Estado como uma unidade coesa reforça a ideia de estabilidade da estrutura. Cox chama de sistema imperial essa estrutura da ordem mundial na qual o Estado reprime as forças sociais internas, evitando que ocorram grandes transformações.

Como já mencionado, Cox considera qualquer estrutura histórica como resultante de uma interação de forças. Essas forças se dividem em três categorias: capacidades materiais, ideias e instituições. O autor divide as ideias em significados intersubjetivos e imagens coletivas. As primeiras são noções compartilhadas da natureza das relações sociais, que tendem a perpetuar hábitos e expectativas de comportamento. Apesar dos significados intersubjetivos terem normalmente uma duração bastante longa, eles são contingentes, ou condicionadas historicamente. Cox afirma que é possível identificar quando eles surgiram ou mesmo se elas apresentam algum sinal de enfraquecimento. Já as imagens coletivas, são visões divergentes acerca da natureza e da legitimidade das relações de poder dominantes. Fazem parte também dessas imagens, de acordo com Cox, os significados de justiça, de bem comum, entre outros.

Enquanto os significados intersubjetivos tendem a reproduzir uma determinada estrutura, as divergências entre diferentes imagens coletivas trazem a evidência de que existem outras possibilidades alternativas à que se vive, de novas instituições, e mesmo de uma nova estrutura. Para Cox (1986), as instituições são resultantes das relações de poder vigente e ao mesmo tempo encorajam imagens coletivas compatíveis com essas relações. Contudo, com o passar do tempo a configuração de forças pode se alterar, repercutindo nessas instituições. A dialética se evidencia quando, em uma dada situação histórica, se observa a emergência de estruturas rivais, não hegemônicas, que trazem consigo possibilidades alternativas de desenvolvimento.

Cox reconhece o esforço da teoria da estabilidade hegemônica, proposta por Keohane, de forma a alargar a perspectiva realista e contemplar as variações na autoridade das normas e instituições internacionais. O conceito de hegemonia dessa teoria, derivado do pensamento gramsciano, mostra uma correlação coerente entre poder material, imagem coletiva predominante e a existência de instituições que garantem a estabilidade dessa ordem (COX, 1986). Ou seja, essa definição parece adequar-se bem aos propósitos realistas de demonstrar que a história se repete, ao explicar os mecanismos de reprodução das estruturas.

De acordo com Cox, o homem faz a história, mas não em condições derivadas completamente de suas próprias escolhas. Para se ter qualquer influência

sobre os eventos futuros, é preciso, segundo Cox, “um maior entendimento das condições presentes não escolhidas por nós” (COX, 1986, p.241). Isto é, no lugar de perguntar como as coisas são (como fazem as teorias positivistas), a teoria crítica se pergunta por que elas são assim e como é possível alterá-las.

2.2 Teoria Construtivista: aplicação das propostas críticas para interpretar a política mundial

De acordo com Price e Reus-Smit (1998), o Construtivismo teria partido das proposições ontológicas, dos enquadramentos conceituais e metodológicos propostos pelas teorias críticas, de modo a iluminar vários aspectos da política mundial, em especial aqueles vinculados aos parâmetros e às dinâmicas da comunidade moral. As teorias construtivistas desenvolveram proposições ontológicas, estratégias analíticas e abordagens metodológicas que seguem as propostas da teoria crítica, e que vão além do que foi iniciado com o terceiro debate. Assim sendo, o Construtivismo pode ser considerado como um ramo da Teoria Crítica Internacional. De acordo com os autores: “o termo construtivismo deriva de sua preocupação com a construção social da política mundial” (PRICE; REUS-SMIT, 1998, p.266).

O Construtivismo teria dado um passo adiante no que concerne uma elaboração conceitual ancorada em análises empíricas e interpretações históricas sustentáveis. Sua ênfase é na importância das questões normativas assim como das estruturas materiais, o papel da identidade na constituição de interesses e ações e a mútua constituição de agentes e estruturas. As Teorias Construtivistas não rejeitam completamente os preceitos racionalistas, elas buscam um diálogo com o Neorrealismo e o Neoliberalismo. De acordo com Price e Reus-Smit (1998) elas possuem um espírito crítico da liberdade de discurso e diálogo comunicativo.

As abordagens construtivistas vão desde a construção social dos objetos (armas químicas, por exemplo) e dos sujeitos (identidade estatal), passando por eventos (Guerra Fria), instituições (soberania nacional), investigando suas implicações teóricas e práticas para as relações internacionais (PRICE; REUS-SMIT, p.270). Alguns construtivistas se dedicaram a analisar as construções

sociolinguísticas dos sujeitos e objetos da política mundial, bem como as relações entre o poder e o conhecimento, por exemplo, a análise dos discursos dominantes (PRICE; REUS-SMIT, 1998).

As teorias construtivistas são conscientes da contingência das suas análises cujo foco é um problema específico, delimitado temporalmente. Além do mais, elas não se pretendem a única explicação válida, reconhecendo que uma teoria é uma interpretação, um ponto de vista possível. Desse modo, elas seguem o espírito crítico que rejeita os discursos totalizadores e os enquadramentos teóricos que privilegiem uma determinada perspectiva sobre outra. As categorias analíticas utilizadas pelos construtivistas não cumprem a mesma função das categorias utilizadas pelas teorias positivistas. No Construtivismo, o conteúdo delas é histórica e culturalmente contingente. Por exemplo, o conceito de identidade é visto como múltiplo e fluído, não singular ou fixo (PRICE; REUS-SMIT, 1998). As teorias críticas em geral são conscientes do grau de abstração contidos nos conceitos que utilizam e em que medidas eles podem ser aplicados em diferentes contextos.

Enquanto a perspectiva positivista busca fazer generalizações ao estilo de leis ou regras aplicáveis a diferentes contextos e épocas, o pós-positivismo (aquí incluídas as teorias críticas de modo geral) busca uma análise mais abrangente, por entender a complexidade das relações internacionais. Nas palavras dos autores:

[...] explicações complementares evocam a guinada crítica em mostrar que o mundo é mais complexo do que as teorias extremamente simplistas sugerem; mais especificamente, elas demonstram como os interesses e as preferências dos Estados, que foram assumidos como exógenos, não-problemáticos e derivados das questões materiais e/ou objetivas nas explicações racionalistas são na realidade construídos socialmente. (PRICE; REUS-SMIT, 1998, p.276, tradução nossa)¹⁰

Price e Reus-Smit explicam que: “a superioridade das análises construtivistas é argumentada e demonstrada, ao invés de estar implícita, como nas teorias positivistas” (PRICE; REUS-SMIT, 1998, p.277). O que explica em parte isso é a preocupação em desenvolver questões interpretativas (se perguntam como ocorre determinado fenômeno) buscando entender suas possibilidades e sua

¹⁰ Do original (em inglês): “[...] explanatory complementary invokes the critical move of showing that the world is more complex than overly simplistic theories suggest; more specifically, they demonstrate how interests or preferences of states that are assumed to be exogenous, unproblematic and materially derived and/or objective in rationalist explanations are in fact socially constructed.”

relação com as convencionais questões que buscam explicações causais (por que os fenômenos ocorrem). Os autores afirmam que as teorias construtivistas para além de darem explicações alternativas, elas oferecem uma interpretação para questões diferentes ou que foram negligenciadas pelo *mainstream* teórico das Relações Internacionais como o estudo das identidades, das normas e das culturas.

Em relação ao avanço do conhecimento científico, se entende que ao contrapor argumentos das teorias tradicionais, ou acrescentar algo a elas, se estará aderindo ao modelo socrático de avanço do conhecimento na medida em que se vai eliminando considerações menos prováveis ou menos completas (PRICE; REUS-SMIT, 1998). O pós-positivismo fez com que os acadêmicos passassem a ter uma consciência maior sobre as implicações das suas afirmações, por isso se considera que as teorias críticas são teorias reflexivistas. Esse reflexivismo força os teóricos a justificarem por que a sua interpretação ou contribuição merece ser levada em consideração, por que ela é importante e como ela contribui para o avanço na produção de conhecimento ou para alterar alguma coisa na política mundial.

Às vezes positivistas e pós-positivistas tentarão responder as mesmas perguntas, partindo de diferentes epistemologias e metodologias. Outras vezes responderão a questões diferentes. Segundo os autores: “o mérito das diferentes abordagens deverá ser analisado levando-se em conta o propósito da teoria” (PRICE; REUS, 1998, p.279). Também é possível se fazer uma análise comparativa entre os diferentes tipos de teoria, de modo a determinar se elas são compatíveis, complementares, excludentes, etc. A relação da abordagem construtivista com as abordagens tradicionais é explicada por Katzenstein¹¹ da seguinte forma:

Abordagens construtivistas aplicaram enquadramentos complexos e sensíveis à história para analisar questões concretas da política mundial. Ao fazer isso, muitos desses trabalhos fizeram avançar o nosso entendimento, especificando como suas análises se relacionam com as explicações convencionais, se eles as deslocam, as substituem ou as complementam, ou então se são direcionados a questões diferentes. (KATZENSTEIN, 1996, apud PRICE; REUS-SMIT, 1998, p.276, tradução nossa)¹²

¹¹ Katzenstein, Peter J. (Ed.) (1996) *The Culture of National Security: Norms and Identity in World Politics*. New York: Columbia University Press.

¹² Do original (em ingles): “[...] constructivist have applied complex and historically sensitive frameworks to concrete issue-areas of world politics. In doing so, many such works advance our understanding by specifying how their accounts relate to conventional explanations, whether they displace them, subsume or complement them, or address different questions altogether.”

Price e Reus-Smit explicam que os projetos construtivistas são compatíveis ou até mesmo complementares com os dos racionalistas, por exemplo, os primeiros explicando as identidades e os interesses dos atores, e os segundos explicando as estratégias possíveis para se atingir esses interesses. O que importa para o campo das Relações Internacionais é a compreensão de diferentes aspectos da política mundial. O pós-positivismo ampliou as questões a serem feitas sobre o sistema internacional e também trouxe a possibilidade dessas questões serem respondidas de várias maneiras. Além disso, ele trouxe de volta a ideia de que os seres humanos são agentes ativos da história (capazes de alterá-la), não passivos e impotentes. De acordo com Cox (2000) a simplificação de algo complexo e a padronização de elementos variáveis traz um sentimento de impotência ao ser humano, que passa a acreditar que as coisas são assim, sempre foram e sempre vão ser. Ao acreditar que mudanças não são possíveis, acaba-se reproduzindo antigos padrões de comportamento, e dessa maneira as mudanças não vão ocorrer.

A teoria crítica não pretende substituir as teorias tradicionais, e muito menos impor um tipo de metodologia para a investigação científica, pois dessa maneira estaria aderindo ao dogmatismo positivista, por ela condenado. O pós-positivismo defende que toda consideração sobre o mundo será parcial. Uma teoria irá trazer à luz algum aspecto de um evento ou fenômeno que é necessário para um melhor entendimento do que se busca explicar. As teorias críticas estão interessadas para além de que fatores provocaram determinado acontecimento, qual grau de importância esses fatores tiveram para produzir determinada prática ou evento em questão.

O terceiro debate fez com que os acadêmicos de Relações Internacionais refletissem mais sobre a historicidade e a ambiguidade e complexidade do mundo. Ele elucidou a necessidade de uma abordagem reflexiva e interpretativa atenta às vicissitudes da história, da prática e do tempo. O pós-positivismo fez com que os teóricos neorrealistas tivessem um maior cuidado em tratar com questões como: evidência, generalizações, argumentos alternativos, variações e comparabilidade. Price e Reus-Smit explicam que houve uma reação por parte dos neoliberais e neorrealistas frente às críticas levantadas durante o terceiro debate, e as que se seguiram. Também os teóricos críticos precisaram ir além das críticas e propor novas abordagens, isto é, aplicar suas propostas conceituais e metodológicas para

interpretar a política mundial. E é aí que entram as contribuições das teorias construtivistas, dando continuidade ao projeto pós-positivista iniciado no terceiro debate.

Uma das principais preposições ontológicas do Construtivismo é a de que as estruturas normativas ou ideacionais são tão ou mais importantes que as estruturas materiais (ADLER¹³, 1997, apud PRICE; REUS-SMIT, 1998, p.266). Sistemas de significados são entendidos como definidores de como os atores interpretam o ambiente material no qual estão inseridos. De acordo com Wendt os recursos materiais apenas adquirem significado para a ação humana através da estrutura de conhecimento compartilhado na qual elas estão imersas (WENDT¹⁴, 1995 apud PRICE; REUS-SMIT, 1998, p.266).

Além disso, os construtivistas argumentam que sistemas de significado institucionalizados definem as identidades sociais dos atores que constituem seus interesses e modelam suas ações. As abordagens neorrealistas e neoliberais não tinham a preocupação de entender a origem da formação dos interesses, tratando as preferências como determinadas exogenamente e independentes das interações sociais, ou nas palavras de Cox: imutáveis e a-históricas (COX, 1986). Entender como os interesses se constituem: “é a chave para entender uma série de fenômenos que ocorrem no sistema internacional e que os racionalistas mal-interpretavam ou mesmo ignoravam” (PRICE; REUS-SMIT, 1998, p.267).

Os construtivistas elaboram uma preposição que deriva do pensamento de Cox, e que afirma que agentes e estruturas são mutuamente constituídos. Estruturas definem o significado e a identidade de um ator individual e os padrões apropriados de atividades econômicas, políticas, culturais que regulam as relações entre os indivíduos. A principal implicação da ideia de que o mundo é socialmente constituído é a noção de responsabilidade sobre os acontecimentos futuros, e da possibilidade de mudança. As análises de processos históricos, de práticas culturais, de significados intersubjetivos e de formulações de normas evidenciam as dinâmicas da mudança internacional, do desenvolvimento institucional e da comunidade moral (MELLON, 2005).

¹³ Adler, Emanuel (1997) 'Seizing the Middle Ground; Constructivism in World Politics', *European Journal of International Relations* 3(3):319-63.

¹⁴ Wendt, Alexander (1995) 'Constructing International Politics', *International Security* 20(1):71-81.

Price e Reus-Smit afirmam que os valores intersubjetivos não só modelam a identidade de um Estado, mas também condicionam a sua racionalidade estratégica e institucional. Para eles, o construtivismo teria dado um passo à frente por ter traduzido os significados intersubjetivos para questões práticas, tendo feito uma maior conexão entre teoria e realidade, como eles explicam no seguinte trecho:

O passo adiante dado pelos construtivistas para esclarecer mais precisamente o impacto dos significados intersubjetivos constitutivos da natureza, empoderamento e comportamento dos atores da política mundial contribuiu para o projeto da teoria crítica de problematizar dimensões da ordem internacional assumidas como verdadeiras (não questionadas) de modo a entender as dinâmicas do sistema e as mudanças sistêmicas. (PRICE; REUS-SMIT, 1998, p. 283, tradução nossa)¹⁵

Os construtivistas sistêmicos, como Alexander Wendt, acreditam que a identidade de um país informa seus interesses, e conhecendo-a seria possível prever suas ações. Eles diferenciam a identidade corporativa que diz respeito as suas características humanas, materiais e ideológicas, da identidade social, que é o significado que um ator atribui a si mesmo levando em conta a perspectiva dos demais atores (PRICE; REUS-SMIT, 1998). Contudo, trata-se de uma abordagem estática do sistema internacional. Já os construtivistas holísticos, como Kratochwil e Ruggie, estão mais interessados nas dinâmicas das mudanças internacionais. Eles analisam também as fontes não sistêmicas da identidade de um país, tal como sua cultura política doméstica. Para eles, as estruturas e os processos domésticos e internacional compõe a ordem social global.

Alguns desses autores se dedicaram a entender as grandes mudanças internacionais, as mudanças sistêmicas, como a transição do sistema medieval ao sistema de Estado moderno. Enquanto outros se dedicaram a entender as mudanças que ocorrem dentro de um mesmo sistema, como o fim da Guerra Fria. Mas em ambos os casos há uma análise da interação entre os fenômenos que ocorrem dentro do âmbito doméstico, quanto no internacional. É essa interação que irá determinar as características da ordem internacional, as regras que a estruturam. A abordagem holística, portanto, dá conta de explicar tanto a estabilidade quanto a mudança sistêmica (PRICE; REUS-SMIT, 1998).

¹⁵ Do original (em inglês): "The move by constructivists to clarify more precisely the constitutive impact of intersubjective meanings on the nature, empowerment and behavior of actors in world politics contributes to the critical project of problematizing the 'taken for granted' dimensions of the existing international order and understanding the dynamics of systems and systemic change [...]"

Reus-Smit realizou um estudo histórico comparativo para verificar quais foram os fatores determinantes nas mudanças institucionais em diferentes sociedades e Estados. Ele demonstrou que as crenças intersubjetivas tiveram um papel determinante no que concerne a legitimidade estatal e no julgamento das ações do Estado, para além dos fatores materiais e noções abstratas de racionalidade institucional. Outros atores que estavam preocupados em entender o que condicionou o fim da Guerra Fria, apontaram que atores não-estatais e mudanças de mentalidade tiveram um papel decisivo.

3 PERCEPÇÃO DE INADEQUAÇÕES DAS ESTRUTURAS MENTAIS CONVENCIONAIS

Robert Cox (2000) explica que as instituições surgem de problemas particulares enfrentados pelas sociedades através de práticas sociais, que se tornam rotina, e essas acabam sendo institucionalizadas a partir de um conjunto de regras. Elas estão cercadas por algo mais amplo: as estruturas. Estas são construídas socialmente, tornam-se parte do mundo objetivo em virtude da sua existência na intersubjetividade dos grupos relevantes, e dizem respeito às expectativas das ações sociais. Compreender o processo de mudança histórica precisa enfrentar o que para Cox é uma questão fundamental: a forma como o mundo objetivo se modifica em função de alterações na intersubjetividade.

Cox (2000) reconhece que as estruturas implícitas de pensamento e prática (realidades não físicas da vida política e social) podem persistir por longos períodos antes de se tornarem problemáticas, de serem questionadas. Não obstante, as contradições e os conflitos que surgem dentro de qualquer estrutura estabelecida criam a oportunidade para que elas se transformem em uma nova estrutura. Por vezes, há uma incapacidade das ideias dominantes em promover um meio efetivo e aceitável de atuar sobre problemas que persistem e não podem ser ignorados. Nas palavras de Cox:

Os problemas não são apenas dados, como na epistemologia positivista; são percebidos, isto é, surgem do encontro entre o ser social e a consciência social. Portanto, a percepção dos novos problemas sensibiliza-nos para as inadequações das estruturas mentais convencionais que tendem a nos fazer focalizar problemas distintos dos que estão surgindo e reclamam solução. (COX, 2000, p.192)

Cox percebe que o positivismo propõe uma abordagem epistemológica adequada a períodos de relativa estabilidade estrutural. Ele é, portanto, bem menos adaptado à investigação das mudanças complexas e compreensivas. Para isso é preciso uma epistemologia que não disfarce, pelo contrário, que afirme explicitamente o relacionamento dialético entre sujeito e objeto no processo histórico. Trata-se de uma epistemologia mais apropriada, segundo Cox, como guia para a ação na promoção e condução de mudanças estruturais. Epistemologia hermenêutica, interpretativa, que perceba a inter-relação mutuamente constitutiva entre sujeito e objeto, e sua contingência dentro de um determinado contexto histórico (COX, 2000).

Para Cox, estamos vivendo um momento de mudança estrutural que se tornou mais evidente a partir do fim da Guerra Fria e o fim de uma estrutura bipolar de poder mundial. Uma mudança de ontologia é inerente ao processo de mudança histórica estrutural. Quando ocorre uma mudança no sistema internacional, as velhas ontologias ficam desacreditadas, e a reflexão que se segue provoca a sugestão de uma possível nova ontologia. Essa poderá servir de guia para as estratégias de ação da nova ordem emergente (COX, 2000). Pode-se dizer que o pós-positivismo surge como uma forma de revisar e questionar as ontologias que não eram questionadas até então.

O fim da Guerra Fria, a abrupta e pacífica dissolução da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), entrou em choque com os fundamentos do *mainstream* teórico das Relações Internacionais. De acordo com Price e Reus-Smit, a hegemonia explicativa das teorias racionalistas dominantes foi abalada. Tratou-se, para eles, de um teste crucial em relação à capacidade do Neorrealismo em explicar as mudanças, teste no qual falhou. Não só ocorreu uma mudança sistêmica substancial sem nenhuma alteração significativa na distribuição de capacidades, mas a mudança resultou de uma transformação interna, do sistema político doméstico (PRICE; REUS-SMIT, 1998).

A falha das abordagens tradicionais em capturar o fim da Guerra Fria em termos de como e quando ela aconteceria, comprovou a limitação das suas análises, cujos enquadramentos teóricos desconsideravam fatores transnacionais e intranacionais (domésticos). O papel desempenhado pelas ideias e movimentos transnacionais em ajudar a promover o seu fim não foi percebido por aqueles que

viam o mundo através da lente estatocêntrica das tradicionais abordagens dos estudos de segurança (WYN JONES¹⁶, 1999, apud BILGIN, 2008, p.94). Para se entender o fim da Guerra Fria não é possível concentrar-se apenas na interação entre Estado e sistema. É preciso considerar fatores internos ao Estado e fatores externos não-estatais, como interações transnacionais. A compreensão do fim da Guerra Fria, segundo Lebow, está fora do paradigma realista, está nas políticas domésticas, no sistema de crenças, na aprendizagem (LEBOW¹⁷, 1994, apud WYN JONES, 1999, p.96).

No entanto, a visão estatocêntrica continuou sendo dominante nas análises de Relações Internacionais. Até mesmo os atentados de 11 de setembro que trouxeram à luz a relevância de atores não-estatais na política mundial, tiveram um impacto mínimo sobre as abordagens tradicionais, que passaram a incluir atores transnacionais em suas análises, mas continuaram a ver as dinâmicas entre atores e sistema da mesma maneira. Os Estados ainda são tratados como atores unitários, o que impede a visualização de como os fatores internos e transnacionais podem provocar alterações sistêmicas não enxergando, portanto, as potencialidades de uma mudança emancipatória (BILGIN, 2008).

Cox explica, já antes do fim da Guerra Fria, que muitos dos conceitos das teorias tradicionais se tornaram quase puramente analíticos e, inclusive, difíceis de serem aplicados à realidade que estava transformando-se e complexificando-se. Um dos exemplos por ele citados é o conceito de Estado, ou melhor, de unidade estatal (coesa e racional). Para Cox (1986) haveria uma tendência de enfraquecimento desse conceito já que na prática o Estado é uma arena de ideias divergentes e conflitantes. Além disso, a pretensa racionalidade de maximização dos ganhos e do poder, nem sempre se verifica, pois ela desconsidera, por exemplo, as diferenças culturais dos Estados.

No *mainstream* teórico das Relações Internacionais o Estado era visto como um conceito singular. Cox explica que foram raras as tentativas de considerar o complexo Estado-sociedade como unidade básica de análise das Relações Internacionais. As teorias críticas internacionais, que retomam alguns pontos do pensamento marxista, buscaram ampliar o conceito de Estado, dando maior

16 Wyn Jones, Richard (1999), *Security, Strategy and Critical Theory* (Boulder, CO: Lynne Rienner).

17 Lebow, Richard Ned (1994), "The Long Peace, the End of the Cold War, and the Failure of Realism," *International Organization* Vol. 48, No. 2, p. 249–277.

relevância para as suas dimensões sociais. Cox relata que alguns historiadores, como Hobsbawm e Braudel, foram sensíveis às continuidades entre forças sociais, mudanças na natureza do Estado, e relações globais (COX, 1986).

Cabe salientar que em nenhum momento Robert Cox diz que o Estado não é relevante, nem tampouco menospreza o poder estatal. O que o autor afirma é que se tem uma compreensão errada ou ultrasimplificada do seu significado, desconsiderando-se as forças de interação que o compõem. Cox (1986) salienta a importância de entendermos essas forças (ideias, instituições e capacidades materiais), bem como os processos sociais, de forma a verificar a relação desses com o desenvolvimento dos Estados e da ordem mundial.

Cox (2000) destaca que mesmo quando as instituições têm o mesmo nome, em ordens distintas, os respectivos sentidos são diferentes. Um exemplo disso é o conceito de Estado. O Realismo entende que o Estado sempre existiu e seguirá existindo. Porém, é preciso identificar ao longo da história quais foram as diferentes funções do Estado, e quais valores foram por ele promovidos. Cox afirma que diferentes ordens promovem objetivos e valores distintos, e que é natural indagar, mais em momentos de crise ou mudança estrutural, quais objetivos e valores inspiram uma determinada ordem, ou são por ela promovidos.

O fim da Guerra Fria propiciou a formulação de novas perspectivas de interpretação e análise da política mundial. A mudança abrupta da ordem internacional na década de 1990 fez emergir questões que confrontam as tradicionais visões que se tinha sobre segurança e política econômica, e questões que desafiam a concepção de soberania estatal. Uma nova geração de teóricos se dedicou a revisar esse tipo de questões, e a explorar novos problemas que começaram a surgir com mais intensidade. Wyn Jones (1999) acredita que os conceitos e teorias que eram fontes dominantes de orientação e direção durante a Guerra Fria perderam a relevância que um dia tiveram. O que por muito tempo passou como conhecimento atemporal, vem sendo problematizado e desafiado. De acordo com esse autor, em nenhuma outra área isto ficou mais evidente do que na da segurança.

A abordagem crítica oferece pontos de referência mais sofisticados, inclusivos e adequados para entender a complexidade do mundo e abre espaço para uma

agenda mais abrangente (GEORGE¹⁸, 1994 apud PRICE; REUS-SMIT, 1998, p.271). O reflexivismo advogado pelas teorias críticas propiciou uma proliferação de interpretações sobre as bases intersubjetivas das relações internacionais, particularmente no que se refere à construção das instituições.

O fim da Guerra Fria tornou legítimas as reivindicações de ampliar a agenda de segurança, que já vinham de décadas anteriores, mas que eram marginalizadas. Passou-se a dar mais importância para outras possíveis fontes de conflito, anteriormente negligenciadas como, por exemplo, ameaças ambientais, ameaças derivadas de fenômenos migratórios e do ressurgimento de nacionalismos. Wyn Jones explica que autores como Walt argumentaram contra a inclusão de tantos temas nos estudos de segurança, contudo, ele mesmo reconheceu a importância de incluir assuntos como o papel das políticas domésticas, o poder das ideias, e a influência de questões econômicas (WYN JONES, 1999, p.103).

Smith (1995) observa que, com o fim da Guerra Fria, o antigo debate entre neorrealistas e neoliberais reascendeu. Muitas críticas levantadas pelas teorias pós-positivistas, que surgiram a partir do terceiro debate de Relações Internacionais, são de cunho neoliberal ou transnacionalista. Alguns dos pontos em comum entre a corrente neoliberal de Relações Internacionais e a Teoria Crítica são, por exemplo, a crítica à natureza e às consequências do conceito de anarquia internacional; o argumento de que há cooperação no sistema internacional e de que as instituições podem desempenhar um papel importante na ordem sistêmica; a percepção da preponderância de assuntos econômicos sobre assuntos de segurança nacional.

Mônica Herz (1997) identifica que, com o fim do conflito bipolar e a aceleração do processo da globalização, há uma crise das estruturas de autoridade baseadas no Estado-nação, e que a hegemonia do paradigma realista de Relações Internacionais está sendo contestada. A autora observa um crescente debate entorno das instituições internacionais, e o reaparecimento de questões de cunho normativo no campo das Relações Internacionais. Ela reconhece 'uma nova legitimidade' que está sendo dada a essas questões que por muito tempo haviam sido marginalizadas em função do triunfo do paradigma realista. Contudo, a autora acredita que a (re)aproximação das Relações Internacionais com questões éticas,

18 George, Jim (1994) *Discourses of Global Politics: A Critical (Re)Introduction to International Relations*. Boulder: Lynne Rienner.

para suprir o vácuo moral que existia, não será fácil nem imediata.

Outro fenômeno identificado pela autora é uma maior reflexão pública e manifestação em relação às mudanças que estão ocorrendo, e às atitudes dos governos. Há um maior fluxo de bens, pessoas, finanças, assim como de epidemias, narcotráfico, grupos terroristas, entre as nações. Somado a isso, há problemas vinculados à distribuição de recursos, questões ambientais, conflitos étnicos e nacionais que geram migrações, e uma série de outras questões que passam a ser tratadas com maior intensidade dentro de organismos internacionais e de blocos regionais. Herz (1997) explica que vem ocorrendo um aumento das pressões de movimentos sociais transnacionais que de alguma forma influenciam na inclusão de temas éticos na agenda internacional.

Herz (1997) afirma, também, que muitos especialistas de Relações Internacionais estão demonstrando um interesse cada vez maior por questões normativas. A autora relaciona isso, com o surgimento dos questionamentos pós-positivistas, em especial das teorias críticas. Nas palavras da autora:

[...] uma série de temas wilsonianos ou idealistas, como o papel do direito internacional, de organizações internacionais, a universalização de regimes democráticos liberais, a relação entre a paz e o comércio, têm sido abordados por especialistas e atores. [...] Como sugere Kegley (1992), a necessidade de cooperação internacional impele-nos a revisitar a tradição idealista, ou seja, revisitar a crença de que práticas e instituições podem ser modificadas, gerando a reforma do sistema. (HERZ, 1997, p.11)

Herz (1997) também comenta sobre o debate que surgiu em favor de uma concepção mais cosmopolita de cidadania, e da necessidade de uma maior democratização tanto da esfera estatal quanto da internacional. Antes, essas questões eram deixadas para os cientistas políticos, mas a partir das críticas epistemológicas à tradição positivista (terceiro debate) ocorreu uma maior interconexão das Relações Internacionais com outros campos do saber. A autora finaliza seu artigo da seguinte maneira:

Na medida em que vivemos um momento de crise e transformação, a necessidade de historicizar e perceber a construção social dos conceitos assinalada pelos teóricos críticos e construtivistas representa um passo adiante em relação à influência realista. Finalmente, a necessidade de incorporar uma perspectiva emancipatória diante da crise político-econômica do principal ator do sistema internacional, impele-nos a uma teoria das relações internacionais normativa. (HERZ, 1997, p.12-13)

Durante a década de 1990, Hampson (2008) explica que há uma expansão da

agenda de segurança humana da Organização das Nações Unidas (ONU). Isso significa que há uma série de assuntos que a comunidade internacional considera tão importantes que recomenda fortemente, através do desenvolvimento de metas globais, que os Estados os resolvam e, em casos extremos, está disposta a intervir caso os Estados os promovam ou não façam nada para resolvê-los. Entre esses assuntos incluem-se crianças afetadas pela guerra, discriminação racial, direitos das mulheres, refugiados, questões que afetaram as perspectivas de desenvolvimento humano e a provisão de necessidades humanas básicas. Segurança humana está ancorada na ideia liberal de direitos individuais básicos à vida, à liberdade, à busca da felicidade e no entendimento de que é obrigação da comunidade internacional proteger e promover esses direitos.

3.1 Repensar a segurança: contribuições das teorias críticas

Bilgin (2008) explica que cidadãos, grupos e movimentos sociais, intelectuais e ativistas já antes do fim da Guerra Fria defendiam que era preciso pensar para além das categorias dos estudos tradicionais de segurança, que acabavam limitando a concepção de segurança na teoria e na prática. Teóricos do dito 'terceiro mundo' defendiam que para além das diferenças entre leste e oeste era necessário reduzir as assimetrias que existiam entre norte e sul, e que questões de desenvolvimento econômico eram questões de segurança. Acadêmicas feministas, por exemplo, reforçavam a ideia de interconexão entre as esferas pessoal, política (ou doméstica) e a internacional (BILGIN, 2008, p.90).

Os atentados de 11 de setembro mostraram que as abordagens predominantes de segurança não conseguiam dar conta dos problemas de insegurança mundial. Para os estudiosos das teorias críticas de segurança, o 11 de setembro tornou evidente a necessidade de se pensar mais sobre a influência de atores transnacionais, sobre o poder brando, em suma, a necessidade de se repensar a segurança, na teoria e na prática ganhou urgência (BILGIN, 2008).

De acordo com Booth, entendimentos acerca do que a segurança é ou deve ser, deriva de nossa visão política e filosófica do mundo (BOOTH¹⁹, 1997, apud BILGIN, 2008, p.90). As teorias tradicionais falham em não reconhecer esse ponto e

19 Booth, Ken (1997), 'Security and self: reflections of a fallen realist' in Keith Krause and Michael C. Williams (Eds.), *Critical Security Studies: Concepts and Cases* (London: UCL Press), p. 83–119.

acabam favorecendo práticas ostensivas baseadas em conceitos universais de segurança, tornando o mundo mais inseguro (BILGIN, 2008). Bilgin sustenta que é preciso entender que segurança é um conceito derivativo, que diz respeito a uma cultura, a uma visão de mundo e, portanto, nenhuma definição universal é possível.

Nos últimos tempos houve um crescimento de publicações na área de segurança internacional, com as mais diversas abordagens, partindo de diferentes correntes teóricas. De acordo com Wyn Jones (1999), uma abordagem baseada na teoria crítica pode gerar um entendimento distinto e superior de questões ligadas à segurança e, portanto, de utilidade mais ampla. Para esse autor, as implicações analíticas que derivam das diferenças ontológicas, epistemológicas e metodológicas, das teorias de Relações Internacionais, são bastante promissoras e geram *insights* fascinantes.

Uma das principais divergências entre as teorias tradicionais e as teorias críticas, no que tange os estudos de segurança, está na forma em que concebem o Estado. As teorias tradicionais de segurança veem o mundo através de uma perspectiva estatocêntrica ou estatista (WYN JONES, 1999; BILGIN, 2008). Na concepção realista os Estados são considerados atores unitários, os únicos atores significativos da política mundial. Por outro lado, as teorias críticas defendem que os Estados são os meios, não o fim de uma política de segurança. Portanto, essas teorias pregam que eles devem ser descentralizados no estudo e na prática (BOOTH²⁰, 1991, apud BILGIN, 2008, p.93). Estatismo se refere à concepção de que o Estado é o objeto último de referência e o único agente que promove segurança.

Para Wyn Jones essa abordagem estatocêntrica se torna problemática já que se forma uma dicotomia entre *insiders* e *outsiders*, o que está fora e o que está dentro do Estado, em função da concepção de soberania. Além disso, esse autor critica a preposição inicial do realismo é que um Estado (independentemente dos seus componentes internos) irá agir de determinada maneira em função dos constrangimentos anárquicos do sistema internacional.

De acordo com Wyn Jones, a justificativa realista em colocar o Estado como objeto de referência nos estudos tradicionais de segurança é a consideração de que os Estados são os agentes que proveem a segurança dos seus cidadãos no nível

20 Booth, Ken (1991a), 'Security and emancipation', *Review of International Studies*, 17(4): 313–326.

doméstico. No entanto, Wyn Jones explica que quando essa visão idealizada é contraposta com as evidências empíricas, a referida justificativa torna-se problemática. Isso se deve a que, de acordo com o autor: “Na maior parte do mundo, os Estados, longe de promoverem uma atmosfera na qual a estabilidade possa ser atingida e a prosperidade criada, são uma das maiores fontes de insegurança para seus cidadãos.” (WYN JONES, 1999, p.97, tradução nossa)²¹.

Segundo Wyn Jones, o estatismo das abordagens tradicionais de segurança age como uma justificativa ideológica para a permanência do *status quo*. “*Status quo* no qual a grande maioria da população mundial está sendo colocada cada vez mais em situações de insegurança crônica” (WYN JONES, 1999, p.98). Hampson (2008, p.239) cita um índice de falhas estatais (*failed state index*) desenvolvido pela Fund for Peace and Foreign Policy (2006) que aponta que cerca de 60 Estados no mundo são disfuncionais porque seus governos não controlam seus territórios efetivamente, ou não disponibilizam serviços básicos para os seus cidadãos, ou porque o país está enfrentando algum tipo de agitação interna. Para Wyn Jones, longe de ser a condição necessária para garantir uma vida boa para os seus cidadãos, o Estado parece ser uma das principais fontes de insegurança, parte do problema ao invés da solução. O autor explica:

Mesmo se aplicada uma definição estritamente militar de segurança, é visível que as armas compradas e os poderes acumulados pelos governos em nome da segurança nacional são de longe ameaças mais potentes à liberdade e à segurança física dos seus cidadãos, do que qualquer suposta ameaça externa. [...] Quando uma definição mais ampla de segurança que inclui ameaças não militares é aplicada, fica claro que muitos Estados estão profundamente implicados na criação de outras formas de insegurança para suas próprias populações, por exemplo, em questões como segurança alimentar e ambiental. (WYN JONES, 1999, p.98, tradução nossa)²²

A importância analítica dada aos Estados é para Bilgin a clara confusão entre agentes e referências. A centralidade do Estado como ator marginaliza ou torna invisível o agente humano. Inspirada nas ideias de Cox, Bilgin afirma que as

²¹ Do original (em inglês): “In much of the world, states, far from fostering an atmosphere within which stability can be attained and prosperity created, are one of the major sources of insecurity for their citizens.”

²² Do original (em inglês): “Even if a very narrow, military understanding of security is applied, it is apparent that the arms purchased and powers accrued by governments in the name of national security are far more potent threats to the liberty and physical safety of their citizens than any putative external threat. [...] When a broader definition of security that includes nonmilitary threats is applied, it is clear that many states are deeply implicated in the creation of other forms of insecurity for their own populations, for example, in such issues of food and environmental security.”

perspectivas estatocêntricas não refletem simplesmente um campo dominado pelo Estado, mas ajudam a constituí-lo como tal. A importância primordial dada aos Estados nas análises não é reflexo de como as coisas são, mas ajuda a constituir a realidade dessa maneira. O reforço do estatismo nos estudos de segurança torna difícil tirá-lo dessa posição dominante de agente e referência e marginaliza o potencial de ação humana (BILGIN²³, 2002 apud BILGIN, 2008, p.94).

Booth (1991²⁴ apud WYN JONES, 1999, p.108) explica que considerar o Estado como objeto de referência dos estudos de segurança é confundir meios com fins. De acordo com esse autor os Estados são (ou podem ser) meios para prover segurança, mas é somente em relação aos indivíduos que a noção de segurança faz sentido. Por isso ele argumenta que os indivíduos são a referência última da concepção de segurança. Booth defende que é preciso dar atenção a pessoas reais e não a conceitos abstratos ou controversos. Nas palavras dele: “É ilógico, portanto, privilegiar a segurança dos meios [Estados] em detrimento da segurança dos fins [indivíduos].” (BOOTH, 1991, p.320, apud WYN JONES, 1999, p.108, tradução nossa)²⁵.

Já que, como afirma Cox, toda teoria é para alguém e cumpre algum propósito, Smith (1991²⁶, apud WYN JONES, 1999, p.111) defende que as teorias de segurança deveriam atender àqueles que estão em situação de insegurança em função da ordem prevalecente, e o seu propósito deveria ser ajudá-los na sua emancipação. A perspectiva crítica enfatiza que mesmo quando se analisam as dinâmicas das sociedades e das instituições, é preciso levar em consideração seus impactos sobre a vida dos seres humanos. Ao conceber o indivíduo como referência última da segurança essas abordagens enfatizam o seu componente normativo que é, no caso das teorias críticas, a preocupação com a emancipação humana.

Wyn Jones explica que há autores que argumentam que o foco da análise dos estudos de segurança deveria ser o indivíduo, outros a sociedade, ou a noção de sociedade civil. Há também quem defenda que as identidades étnicas ou religiosas são elementos de referência cruciais para se pensar a segurança. Outra abordagem

23 Bilgin, Pinar (2002), 'Beyond statism in security studies? Human agency and security in the Middle East', *Review of International Affairs*, 2(1): 100–118.

24 Booth, Ken (1991a), "Security and Emancipation," *Review of International Studies* Vol. 17, No. 4, p.313–326.

²⁵ Do original (em inglês): "It is illogical therefore to privilege the security of the means as opposed to the security of ends."

26 Smith, Steve (1991), "Mature Anarchy, Strong States and Security," *Arms Control* Vol. 12, No. 2, p.325–339.

sustenta que não deve haver uma única unidade de referência para os estudos de segurança, mas que a unidade seria variável e contingente, isto é, dependeria do tempo, do local, do assunto. “Quando a análise é historicizada e particularizada para se analisar questões em uma área específica, torna-se claro que o objeto apropriado de referência varia caso a caso.” (WYN JONES, 1999, p.110, tradução nossa)²⁷.

O termo 'estudos críticos de segurança' (critical security studies) surgiu em uma conferência que ocorreu em Toronto em maio de 1994 (BOOTH²⁸, 1997, apud WYN JONES, 1999, p.26). O propósito das abordagens críticas de segurança é o de aprofundar o próprio conceito de segurança, revelando as concepções políticas que estão por trás da utilização desse termo, e que estão por trás das agendas de segurança. Também é seu propósito descentralizar os Estados, considerando outros objetos de referência que estão acima e abaixo desse nível de análise (BILGIN, 2008). Dessa forma se estará ampliando a visão de quais fatores provocam insegurança, tendo em vista que esses variam quando o objeto de referência considerado é o Estado e quando são as pessoas, os indivíduos.

Os estudos tradicionais de segurança tendem a abstrair as questões militares do seu contexto mais amplo, contendo premissas implícitas e, dessa maneira, não são questionados nem o papel nem o valor do Estado (WYN JONES, 1999). Wyn Jones explica que os estudos críticos de segurança trazem à luz a relação que existe entre noções de segurança e questões mais profundas ligadas à natureza da política e ao papel dos conflitos na vida política, que estão presentes nos estudos tradicionais de segurança, embora não de forma evidente. Para Wyn Jones, aprofundar o conceito de segurança é uma forma de criticar as teorias tradicionais, bem como de construir uma abordagem alternativa orientada criticamente e, por que não dizer, eticamente.

De acordo com Wyn Jones (1999) a abordagem tradicional se baseia em entendimentos da política mundial reificados e não reflexivos. O autor propõe um aprofundamento, uma ampliação e uma extensibilidade do que concerne os estudos de segurança. O aprofundamento diz respeito à reflexibilidade sobre a qual deve estar ancorada a conceituação da segurança. A ampliação se refere à incorporação

²⁷ Do original (em inglês): “When analysis is historicized and particularized through the analysis of specific issues in specific areas, it becomes apparent that the appropriate referent object varies from case to case.”

²⁸ Booth, Ken (1997a), “Security and Self: Reflections of a Fallen Realist,” in Keith Krause and Michael C. Williams (eds.), *Critical Security Studies: Concepts and Cases*. Minneapolis: University of Minnesota Press, p. 83–119.

de temas não-militares à agenda de segurança. Por fim, a extensibilidade é a noção de que é preciso estender o objeto de referência dos estudos de segurança para o nível das pessoas, dos indivíduos. O autor demonstra um forte conteúdo normativo associado à concepção de segurança que se verifica na seguinte afirmação:

[...] um discurso crítico sobre segurança [é] um discurso crítico engajado com as transformações contemporâneas da vida política, com posições emergentes a respeito de quem podemos ser, as condições sob as quais podemos nos tornar outra coisa diferente do que somos agora, sem destruir os outros, a nós mesmos, ou ao planeta no qual todos nós vivemos. (WALKER, 1997, p.78, apud WYN JONES, 1999, p. 112-113, tradução nossa)²⁹.

Securitização é um conceito cunhado pela Escola de Copenhague, e diz respeito à construção da segurança e à análise do que ela significa para um determinado país, baseada em “atos de discurso” que designam determinados assuntos ou atores como ameaças (WYN JONES, 1999, p.104; MCDONALD, 2008, p.69). Para Booth, teóricos críticos não securtizam assuntos, ao invés disso politizam a segurança (BOOTH³⁰, 2005, apud BILGIN, 2008, p.98). Ao fazer isso esses teóricos revelam o caráter político constitutivo do pensar sobre a segurança, apontando para as concepções de ameaça de homens e mulheres, de modo a descentralizar o foco das agendas tradicionais de segurança das questões militares e estatais (ALKER³¹, 2005, apud BILGIN, 2008, p.98).

Bilgin afirma que as elites estatais provaram não serem sensíveis à identificação de ameaças à segurança das pessoas, ao contrário, muitas vezes sendo as principais responsáveis por provocar insegurança. Quando se politiza a segurança, fica mais fácil questionar os discursos das elites estatais sobre segurança, bem como o mérito das políticas militares por elas adotadas. Quando definida pelas autoridades estatais as decisões de segurança podem resultar em práticas que prejudicam muitas populações ou grupos minoritários que não tem como se defender. Mas quando definida por outros organismos que estão preocupados com o bem-estar e a integridade da população global (como deveria ser o caso de agências e organizações internacionais) elas tem mais chances de

²⁹ Do original (em inglês): “[...] a critical discourse about security, a discourse that engages with contemporary transformations of political life, with emerging accounts of who we might become, and the conditions under which we might become other than we are now without destroying others, ourselves or the planet on which we all live.”

³⁰ Booth, Ken (2005a), ‘Critical explorations’ in Ken Booth (ed.), *Critical Security Studies and World Politics* (Boulder, CO: Lynne Rienner), p. 1–25.

³¹ Alker, Hayward (2005), ‘Emancipation in the critical security studies project’ in Booth (ed.) (2005c) *‘Morgenthau’s realisms and transatlantic truth’*, p. 189–213.

serem concebidas com uma maior preocupação de longo prazo, considerando as implicações práticas que as políticas têm sobre a vida das pessoas (BILGIN, 2008, p.100). Além disso, esses espaços internacionais favorecem o diálogo, o debate e a possibilidade de se chegar a um acordo que seja favorável para a maioria das nações.

Para Booth (2005, apud BILGIN, p.91) a segurança deve ser tratada como um valor instrumental, que liberta as pessoas para que elas possam fazer outras coisas além de lidar com ameaças. O reconhecimento de que a liberdade é um valor instrumental, vai contra a tradicional visão que trata a segurança como se fosse um fim em si mesma. Através dessa interpretação da segurança como um instrumento (um meio) são abertas possibilidades para que as pessoas com diferentes visões políticas negociem entre elas e trabalhem para encontrar soluções de coexistência que não excluam chances de vida de outros (ALKER³², 2005, apud BILGIN, 2008, p.92). Trata-se da concepção de segurança defendida por Booth, que visa a promover a emancipação humana. Em seu artigo de 1991, intitulado “Security and Emancipation”, Booth define segurança e emancipação da seguinte maneira:

Segurança significa ausência de ameaças. Emancipação é libertar as pessoas (indivíduos ou grupos) de constrangimentos físicos e humanos que as impedem de seguir aquilo que elas livremente escolheriam. Guerra e ameaça de guerra é um desses constrangimentos, junto com pobreza, déficit de educação, opressão política, e assim por diante. Segurança e emancipação são dois lados da mesma moeda. Emancipação, não poder ou ordem, produz segurança verdadeira. (BOOTH, 1991 apud BILGIN, 2008, p.100, tradução nossa)³³

Também para os construtivistas os estudos tradicionais de segurança (ligados ao paradigma realista) possuem uma concepção limitada de segurança (definida em termos de Estados, questões militares e uso da ameaça ou força). Por isso, eles buscaram uma concepção que se pretende mais sofisticada e completa para entender as dinâmicas e as origens das relações de poder (MCDONALD, 2008). Segurança para os construtivistas pode ser entendida como a preservação de alguns valores essenciais de um grupo. Questões como quem é esse grupo, quais são esses valores essenciais, de onde as ameaças a esses valores pode vir, irão variar de acordo com o contexto, e serão criadas através de interações sociais entre

³² Ibidem.

³³ Do original (em inglês): “Security means the absence of threats. Emancipation is the freeing of people (as individuals and groups) from those physical and human constraints which stop them carrying out what they would freely choose to do. War and threat of war is one of those constraints, together with poverty, poor education, political oppression and só on. Security and emancipation are two sides of the same coin. Emancipation, not power or order, produces true security.”

os atores. Os construtivistas buscam, portanto, evitar definições analíticas de segurança que sejam universais ou abstratas (MCDONALD, 2008, p.61).

O conceito de identidade é extremamente relevante para se tratar de segurança, na abordagem construtivista. Isso significa dizer que fatores ideacionais, ou não materiais, são centrais para os construtivistas e para se entender as dinâmicas que envolvem questões de segurança na política mundial (MCDONALD, 2008, p.61). A identidade nacional – associada a experiência histórica de um determinado país e ao seu contexto cultural – ajuda a determinar o conteúdo dos interesses de um Estado, bem como a forma que ele irá agir na política mundial. Concepções de quem somos e o que valorizamos (questões ligadas à identidade) influenciam determinadas formas de pensar que irão identificar de onde ameaças a esses valores podem vir e, inclusive, como elas devem ser tratadas.

Wyn Jones considera que a identidade é um aspecto bastante relevante para os estudos de segurança. De acordo com ele, questões que envolvem a formação, o reconhecimento, a expressão, ou a desintegração de diferentes formas de identidade (dentre as quais está incluída a identidade nacional), são vitais para se entender fenômenos ligados à segurança e à insegurança. Além disso, o autor enfatiza que quando a conceituação da segurança é aprofundada, ampliada e estendida, a importância da identidade torna-se ainda mais evidente (WYN JONES, 1999).

Algumas abordagens construtivistas usam os fatores ideacionais como complemento das abordagens materiais associadas ao realismo. Outras, um pouco mais críticas estão preocupadas em desvelar as narrativas de interesse nacional, sua interpretação da história, e como elas se tornam dominantes. Isto é, focar em como os significados coletivos são produzidos e atrelados a diferentes sujeitos e objetos, ao invés de focar em por que os Estados agem de determinada maneira. Uma dimensão ideacional da política mundial, de destaque, que foi desenvolvida pelos construtivistas é o papel das normas de governança global. Estas são definidas como expectativas compartilhadas sobre o comportamento apropriado ou legítimo de atores que possuem uma identidade particular, vale dizer, que partilham de alguns valores comuns a outros atores (MCDONALD, 2008).

Alguns construtivistas estão preocupados em entender como as normas evoluem com o tempo e como elas acabam limitando o comportamento dos Estados. Expectativas em relação ao comportamento dos demais Estados importam para a

construção do que se considera uma ameaça. A percepção de ameaça está relacionada tanto com a identidade dos atores quanto com a legitimidade do comportamento dos atores, ou seja, a verificação de se esses estão agindo ou não de acordo com o conjunto de normas estabelecido.

A segurança também é uma construção social, com significados variados em diferentes contextos. Os construtivistas argumentam que é impossível determinar a origem das ameaças no sistema internacional sem considerar que se trata de algo dinâmico, mesmo quando os conceitos permanecem os mesmos, eles variam de significado ao longo do tempo. Esses teóricos enfatizam a importância de questões sociais como cultura, fatores históricos, que acabam construindo formas particulares de significado que designaram diferentes atores e suas intenções. Para eles, quando um Estado considera que outro Estado é um inimigo ou um amigo (aliado), ele o faz com base em concepções de identidades (MCDONALD, 2008) que, como já foi visto, é algo mutável e fluído.

De acordo com McDonald, ao investigar a forma pela qual se dá significado à segurança, construtivistas concluem que se trata de algo que está sujeito a negociações e contestações. Líderes políticos e sociedade civil, diferentes atores possuem diferentes opiniões acerca de quais valores são mais importantes a serem defendidos e como se deve agir em relação a eles. Aprofundar no conceito de segurança é identificar qual é a sua função política na vida social (preservação do território nacional, contenção da população, etc). Na abordagem realista a concepção da segurança diz respeito única e exclusivamente às elites políticas, a sociedade civil desempenha um papel secundário, geralmente o de apoiar as decisões do governo. Cox (1986) chama de sistema imperial essa estrutura da ordem mundial na qual o Estado reprime as forças sociais internas, evitando que ocorram grandes transformações.

Os construtivistas destacam a importância das interações entre agentes e estruturas e, portanto, revelam possibilidades de mudança estrutural. A existência de conflito potencial que existe na forma de pensamentos divergentes, pode levar a mudanças significativas. A base normativa dos discursos e ações governamentais pode ser contestada. Dentro de um Estado nacional há uma competição para definir qual identidade e quais valores vão ser sustentados, que é o fundamento para a ação política. As teorias construtivistas afirmam que existe a possibilidade de se

construir futuros alternativos de segurança mediante o desenvolvimento e a institucionalização de normas compartilhadas. McDonald destaca a ênfase que os construtivistas dão à importância do desenvolvimento de normas benignas para regular as competições interestatais e institucionalizar formas mais amplas de comunidades políticas.

3.2 Contestação da intersubjetividade dominante: possibilidades de uma mudança estrutural

Wyn Jones explica que os valores que permeiam a sociedade podem mudar e de fato mudam. Ideias e instituições que uma vez foram vistas como naturais e que não eram questionadas, como, por exemplo, o feudalismo ou a escravidão, agora são vistas como anacrônicas, injustas e inaceitáveis (WYN JONES, 1999). Em função disso ele e outros autores incentivam o questionamento de ideias naturalizadas, do senso comum. Linklater também reconhece que a teoria crítica fornece perspectivas para o desenvolvimento e a mudança. As estruturas são mutáveis, e o futuro não precisa ser igual ao passado (LINKLATER, 1995).

Rosenau (2000) acredita que mudanças na ordem mundial decorrem principalmente de condições subjacentes, que estão para além das nossas vontades, e que sofrem transformações e se inter-relacionam em graus variados. Essas condições seriam de natureza tecnológica, socioeconômica e psicológica (ou ideacional). O autor está convencido de que somente a imaginação e a vontade política não seriam suficientes para provoca-las. Wyn Jones (1999) também afirma que as mudanças não decorrem somente dos fatores ideacionais, mas também dos materiais. Para Rosenau, as mudanças profundas são complexas e fazem parte de um processo de longo prazo, desse modo, nem sempre são percebidas. Nas suas palavras: “Elas não podem ser atribuídas à vontade política de uma única geração” (ROSENAU, 2000, p.35).

Rosenau sugere que o fim da Guerra Fria não foi pontual, fruto de um único acontecimento ou de uma mudança em um único aspecto da realidade (material ou ideacional). Ela foi um processo, um acumulado de eventos que desencadearam a queda do muro de Berlim e a dissolução da URSS. O autor explica uma série de eventos que ocorreram antes da dissolução da URSS, tanto internos ao regime quanto externos. Para ele, além da percepção de falhas nas premissas da sua

ideologia, fatores materiais (econômicos) tiveram um grande impacto, bem como mudanças tecnológicas, contribuindo para o seu fim (ROSENAU, 2000). O autor também percebe um aumento crescente de uma série de temas de debate público que devido à intensificação da globalização se tornaram mais presentes e, segundo ele, a estrutura existente não tinha condições de enfrentar. Esses temas seriam:

[...] a dinâmica do ambiente poluído, das crises monetárias, dos ataques terroristas, da Aids e do tráfico de drogas propõe desafios que ultrapassam as fronteiras nacionais e a rivalidade das superpotências; exigem a cooperação e não o conflito, e assim aumentaram a demanda por mudanças dos padrões ideacionais, comportamentais e institucionais destinadas a suplementar, ou substituir, aqueles que a ordem mundial sustentara nas primeiras décadas depois da Segunda Grande Guerra. (ROSENAU, 2000, p.38)

Em relação ao grau de mudanças que resultaram do fim da Guerra Fria, dependendo do que se leve em consideração, ele pode ser visto como bastante significativo ou nem tanto. Rosenau explica que quando uma análise foca nos Estados, na permanência dos princípios de soberania e igualdade e das suas competências e domínios, ou seja, na continuidade do sistema anárquico, então praticamente nada mudou. A única mudança teria sido a substituição da rivalidade entre as superpotências por uma competição menos concentrada e menos militar (ROSENAU, 2000).

Por outro lado, outras análises mais minuciosas identificam que ocorreram mudanças mais profundas. As hierarquias entre os países, o relacionamento entre eles, as formas de interação entre os diferentes atores já não são mais os mesmos. Além disso, verifica-se uma maior globalização das economias nacionais, fragmentação das sociedades em subgrupos étnicos, religiosos, políticos, linguísticos e de nacionalidade, e o surgimento de temas transnacionais que levam à criação de autoridades desse nível, e a uma maior discussão pública entorno desses temas. Partindo-se dessa visão haveria, ou estaria emergindo, uma ordem totalmente nova (ROSENAU, 2000). Rosenau parece concordar mais com esta segunda visão, pois reconhece que as mudanças ocorridas foram extensas e profundas, e que terão consequências importantes para as próximas décadas.

Não obstante, Rosenau reconhece que os Estados não perderam sua importância. Nas palavras dele: “É bem verdade que os Estados continuam ativos e mantêm sua importância, mas a forma como participam nos processos da política mundial tem uma natureza diferente [...]” (ROSENAU, 2000, p.40). Enquanto alguns autores, principalmente os que estão ligados a assuntos de segurança humana,

seria preciso construir estruturas globais de governança que reduzissem a ênfase da soberania nacional e da segurança estatal para promover direitos individuais e uma maior cooperação entre os povos (GRIFFIN³⁴, 1995 apud HAMPSON, 2008, p.240), outros defendem que os Estados são uma pré-condição para uma governança global bem-sucedida (BIENEFELD³⁵, 1995 apud HAMPSON, 2008, p.240).

Rosenau entende que há uma série de condições materiais que podem influenciar as regras que sustentam a ordem que se está construindo. Entre elas estão as discrepâncias econômicas e a distribuição de recursos, que podem gerar conflitos sociais, mas que não necessariamente levam a mudanças no tipo de governança. Por outro lado, por trás dessas questões materiais estão questões éticas ou normativas. Para Rosenau, tanto os interesses quanto as condições materiais levam a transformações da ordem mundial. A questão é que, como já foi visto através do pensamento de Cox, existem interesses divergentes. Não adianta a grande maioria da população, e alguns teóricos críticos, quererem uma ordem diferente, se o poder decisório de promover mudanças está nas mãos do Estados, isto é, das elites governantes.

Contudo, muitos autores salientam que os movimentos sociais transnacionais, e as organizações não-governamentais (atores não estatais) têm tido cada vez mais influência para promover mudanças (TICKNER, 1995). Além disso, a mídia e as novas tecnologias têm contribuído para que as pessoas desenvolvam uma maior empatia com o sofrimento de comunidades distantes, e se organizem em forma de protesto perante algumas ações estatais (HAMPSON, 2008). Os governos dependem da aceitação popular, caso as elites governantes não atendam às expectativas da sociedade civil, elas correm o risco de não serem reeleitas. Todas essas questões envolvem limites subjetivos impostos aos Estados, que já não agem mais tão livremente. De acordo com Linklater:

[...] [o] neorrealismo subestimou o papel dos constrangimentos normativos sobre os Estados no passado e subestima o seu potencial de desenvolvimento em relação ao futuro. No mundo pós-bipolar existem grandes oportunidades para caminhar na direção de formas multilaterais de governança, mas fica claro que a transferência de poder e autoridade dos Estados para instituições globais não é o único desafio com

³⁴ Griffin, Keith (1995), 'Global prospects for development and human security', *Canadian Journal of Development Studies*, XVI(3): 359–370.

³⁵ Bienefeld, Manfred (1995), 'Assessing current development trends: reflections on Keith Griffin's "Global prospects for development and human society [sic]"', *Canadian Journal of Development Studies*, XVI(3):371–384.

o qual iremos nos deparar. (LINKLATER, 1995, p.249, tradução nossa).³⁶

Richard Ashley e Alexander Wendt argumentam que o Neorrealismo falha ao não reconhecer que o significado e a importância da soberania são construídos socialmente e mudam ao longo do tempo (ASHLEY³⁷, 1984; WENDT³⁸, 1992 apud LINKLATER, 1995, p.254). Portanto, a ideia da centralidade do Estado não seria algo dado, tendo em vista que pode se alterar. De acordo com Linklater novas concepções do Estado e da comunidade política são possíveis. A crítica desse autor em relação à abordagem neorrealista se dá por três motivos principais. Primeiro, elas falham em dar conta da relação entre as unidades e o sistema e subestimam a capacidade dos Estados em promover mudanças na política internacional. Segundo, elas ignoram as práticas culturais ao tratar da estrutura sistêmica, desconsiderando o impacto que podem ter mudanças morais e culturais sobre ela. Terceiro, elas não consideram as contribuições normativas das teorias críticas (LINKLATER, 1995).

Linklater considera limitada a abordagem das três imagens (natureza humana, tipo de regime doméstico e anarquia internacional) de Waltz para explicar a guerra. Ele argumenta que essa abordagem não considera as maneiras através das quais os Estados construíram os deveres e direitos morais e legais que estabelecem as fronteiras das relações que eles mantêm com o resto do mundo. De acordo com o autor, o Neorrealismo desconsidera uma possível quarta imagem que foca na construção da comunidade, e sua potencial e desejável reforma para responder aos interesses dos sistematicamente excluídos (LINKLATER, 1995).

O conceito de anarquia (ausência de um governo supranacional soberano) não define o comportamento dos Estados. Em outras palavras, a anarquia pode perdurar, mas, tendo em vista que os Estados tem a capacidade de cooperar não se trataria, portanto, de um constrangimento estrutural, como argumentam os neorrealistas. De acordo com Ruggie (1983³⁹, apud LINKLATER, 1995, p.254) o Neorrealismo falhou em reconhecer que podem existir diferentes comportamentos

³⁶ Do original (em inglês): “[...] neo-realism has underestimated the role of normative constraints upon states in the past and the potential for further development in the future. Greater opportunities for moving towards multilateral forms of global governance exist in the post-bipolar world, but it is clear that the transfer of power and authority from states to global institutions is not the only challenge to lie ahead.”

³⁷ ASHLEY, R. K. (1984) The poverty of neorealism. *International Organization*, 38, p.225-86.

³⁸ WENDT, A. (1992) Anarchy: is what states make it: the social construction of power politics. *International Organization*, 46, p.391-425.

³⁹ RUGGIE, J. (1983) Continuity and transformation in the world polity: towards a neorealist synthesis. *World Politics*, 35, 261-85.

dos Estados dentro da anarquia do sistema internacional. Por exemplo, antes do advento do sistema estatal moderno (Paz de Vestfália), existia outro tipo de relacionamento entre as diferentes entidades políticas, na sociedade internacional medieval, existiam outras regras e deveres morais ou legais que regulavam a interação entre elas.

A noção de sistema anárquico (como um ambiente hostil) das teorias realistas, não se verifica atualmente (BLUTH, 2004). As relações entre os países condizem muito mais com a abordagem de Hedley Bull que chama de sociedade anárquica a forma pela qual os Estados interagem, buscando cooperar e regular as suas ações. O aumento do número de Estados membros da Organização das Nações Unidas (para a quase totalidade de países) é um indicativo de que um novo tipo de governança e de relacionamento entre os Estados está emergindo. A maioria dos membros dessa organização são países em desenvolvimento que buscam através de coalizões e negociações com os países desenvolvidos, estabelecer regras que limitem o poder destes últimos. Esses países tendem também a enfatizar a arbitrariedade e o desrespeito às regras. De acordo com Cox:

[...] a presença de Estados menos poderosos altera o contexto das relações interestatais. Eles têm um interesse coletivo em impor limites à atividade das grandes potências e estimulam normas de conduta internacional anticoloniais e anti-intervencionistas, favorecendo a redistribuição dos recursos mundiais. (COX, 2000, p.197).

Assim como em uma sociedade as pessoas precisam de uma instituição que regulamente seus direitos e deveres, e puna aqueles que descumprirem as regras estabelecidas, os Estados também precisam. Não se trata da existência ou formação de um governo central, mas da criação de instituições (globais ou regionais) nas quais comunidades de Estados participassem e deliberassem decisões em conjunto. A ONU pode ser vista como um espaço desse tipo, mas existem outras. McDonald (2008) fala das comunidades regionais de segurança as quais demonstram que existe a possibilidade de se construir futuros alternativos de segurança mediante o desenvolvimento e a institucionalização de normas compartilhadas. Além disso, a criação do Tribunal Internacional de Justiça a partir do Estatuto de Roma seria de acordo com Hampson (2008) um sinal de que a governança global existe.

Dentre os autores que estão convencidos que mudanças significativas estão ocorrendo, embora as teorias tradicionais de Relações Internacionais não as tenham

captado, Rosenau (2000) cita Zacher⁴⁰. Segundo esse autor, o desenvolvimento de instituições, de regimes, da interdependência entre os Estados e dos esforços regulatórios que eles buscam, é uma confirmação de que está emergindo um sistema de governança na política mundial contemporânea. Rosenau explica o por que das conclusões de Zacher, da seguinte maneira:

Os Estados enredam-se cada vez mais no quadro de arranjos e regimes de colaboração que modelam a política internacional de forma muito diferente da que existiu nos últimos séculos. E à medida que demonstram sua *disposição de trocar a própria autonomia por outros valores*, as premissas sobre a política mundial que se baseiam na centralidade do Estado soberano tornam-se cada vez menos aceitáveis. (ROSENAU, 2000, p.42, grifos nossos).

Contudo, cabe destacar que, a pesar dessas várias alterações no sistema internacional, como se trata de um processo social e histórico, sua evolução pode se dar de diferentes maneiras. De acordo com Robert Cox, mundos alternativos intersubjetivos coexistem sem que um venha a dominar ou absorver o outro (COX, 2000). As diferentes intersubjetividades (valores, ideias políticas, concepções de mundo) podem existir, e de fato existem, e se perpetuam no transcorrer do tempo. Para o autor, essa é a essência do nosso problema de como conceber um mundo pós-hegemônico no limiar do século XXI.

Ao mesmo tempo em que ideais e expectativas de se construir uma governança global crescem, existem forças conservadoras que defendem a soberania estatal acima de tudo. Cox (2000) menciona o perigo de um novo surto nacionalista, que pode se dar como reação, por exemplo, aos efeitos negativos da abertura comercial e da globalização. Essa preocupação se verifica a partir do retorno de práticas protecionistas, e também a partir de políticas nacionalistas que limitam a liberdade e o direito dos estrangeiros. Tickner (1995) explica que a separação entre *insiders* e *outsiders*, característica da concepção tradicional de soberania nacional, leva à consideração de que os cidadãos nacionais merecem lealdade e proteção contra ameaças que vem de fora (estrangeiros). Por isso a autora defende uma segurança voltada aos indivíduos, não aos Estados.

Abordagens de teoria crítica negam que os interesses dos cidadãos nacionais (*insiders*) tenham sempre precedência sobre os dos estrangeiros (*outsiders*),

⁴⁰ ZACHER, Mark W. Os pilares em ruína do templo de Vestfália: implicações para a governança e a ordem internacional, p.83-141. *In*: ROSENAU, James N.; CZEMPIEL, Ernst-Otto (Org.). *Governança sem governo: ordem e transformação na política mundial*. Editora Universidade de Brasília, São Paulo, Imprensa Oficial do Estado, 2000.

negando também que no caso de um conflito as responsabilidades em relação aos cidadãos nacionais sejam privilegiadas perante as responsabilidades para com a humanidade (as pessoas de um modo geral). Segundo Linklater (1995), deve existir uma ênfase em fazer com que a comunidade política inclua os estrangeiros (outsiders), universalize normas, fazendo valer uma ética cosmopolita. No entanto, há diversas críticas a essa perspectiva cosmopolita, que temem que esse universalismo acabe subjogando as diversidades culturais. Contudo, de acordo com o autor, não se trataria de impor uma cultura geral para todos os povos, mas sim garantir que um mínimo de direitos e deveres individuais sejam respeitados. E, portanto, a ética cosmopolita defende o valor da diversidade. Trata-se de colocar o indivíduo (a humanidade) em primeiro lugar, não o Estado, que é quem muitas vezes comete crimes contra os indivíduos, e que exclui identidades.

O temor de muitos analistas, como, por exemplo, o de Walker (apud WYN JONES, p.108), é de que questões de política nacional sejam renegadas em prol de uma política global. Ou seja, sua preocupação é de que o universal prevaleça sobre o particular, isto é, o bem-estar da humanidade se sobreponha ao bem-estar dos cidadãos de um país. Isto é, o temor da perda de autonomia dos Estados. De acordo com Walker, é esse temor que faz com que o realismo permaneça como um paradigma dominante e siga defendendo a relevância do Estado-nação. Contudo, Wyn Jones argumenta que é um erro se pensar que o universal signifique necessariamente a homogeneização de políticas e a negação das diferenças. Linklater (1995) reconhece o desafio que é buscar um equilíbrio entre universalismo e diferença em novas formas de comunidade política. O que muitos descreveram como o 'problema da comunidade nas relações internacionais', é para Linklater o problema de longo prazo que temos que resolver numa era pós-bipolar.

Linklater (1992, apud PRICE; REUS-SMIT, 1998, p.284) identifica três questões principais que irão guiar o desenvolvimento teórico das Relações Internacionais. Todas relacionadas com o assunto da inclusão e exclusão. Elas são: a questão normativa do Estado (bases justificativas da soberania); a questão sociológica da comunidade (ligada a questões éticas que determinam presença ou ausência de privilégios para as pessoas); e a questão praxeológica da reforma (entendimento da emancipação através de mudanças nas concepções de soberania e cidadania). Em relação ao impacto dessas questões no campo das Relações Internacionais, Price e Reus-Smit afirmam:

Juntas, essas questões são projetadas para infundir a teoria internacional com um novo *ethos* crítico e um novo propósito, ao mesmo tempo, ampliando o porvir da disciplina para explorar os fundamentos normativos e sociológicos do sistema internacional que por tanto tempo não foram questionados por serem considerados como algo dado. (PRICE; REUS-SMIT, 1998, p.285, tradução nossa)⁴¹

De acordo com o já exposto, é possível se afirmar que a ordem emergente do pós Guerra Fria traz a importância da discussão de questões normativas nas Relações Internacionais, bem como a necessidade de que essas questões sejam debatidas. De acordo com Hoffman (1994) dentre as principais questões estariam a autonomia dos Estados, os Direitos Humanos, a ética da intervenção, justiça distributiva, e degradação ambiental. As abordagens críticas estão conscientes da relevância dessas questões e por isso demonstram estarem mais preparadas para lidarem com as transformações que estão ocorrendo.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como foi possível ver, através deste trabalho, uma das principais funções do terceiro debate foi a de desvelar o que estava por trás dos discursos dominantes das teorias de Relações Internacionais. A contestação do conhecimento tido como legítimo dentro desse campo de saber é a essência da proposta pós-positivista. Isso se deve à percepção de que teoria e prática se retroalimentam, e que a ordem atual promove muitas injustiças e situações de insegurança. Desse modo, provocar uma fratura na hegemonia racionalista-positivista é um passo necessário para que se desenvolva uma nova perspectiva da política mundial.

O pós-positivismo revelou a necessidade de se refletir mais profundamente acerca da escolha e do entendimento das unidades de análise científica. As teorias críticas questionam as premissas ou suposições sobre as quais estão apoiadas as teorias que fazem parte do paradigma realista, assim como o seu método de análise.

⁴¹ Do original (em inglês): "Together, these questions are designed to infuse international theory with a new critical ethos and purpose, while simultaneously broadening the purview of the discipline to explore the normative and sociological foundations of the international system we have so long taken for granted."

Elas se opõem à tradicional generalização, e à abstração de conceitos aplicáveis a qualquer época, por considerarem que o conhecimento social é contingente.

O pós-positivismo destaca o aspecto humano das teorias, colocando o cientista no centro do complexo social-intelectual-ético que é a ciência. A análise ou interpretação é uma apreciação valorativa do indivíduo. Portanto, a neutralidade científica advogada pelas teorias positivistas foi desmitificada pelas teorias críticas. Como argumentou Horkheimer, nas ciências humanas o sujeito não se encontra fora do seu objeto de estudo, que pode alterar e ser alterado por ele.

Desse modo, para as teorias pós-positivistas, o conhecimento científico deve, como apontado por Lapid, incluir além do conteúdo empírico (eixo fenomenológico), e da interpretação do fenômeno (eixo analítico), considerações acerca dos aspectos ideológicos que motivaram a pesquisa, a escolha do tema, e influenciaram na sua interpretação (eixo temático). A inclusão desse eixo temático seria para os pós-positivistas uma pré-condição para a inteligibilidade de uma análise, e uma forma de impulsionar revisões teóricas que promovem a construção de conhecimento progressivo.

O pós-positivismo incentiva a apreciação racional interpretativa às já existentes, ou seja, a busca pela complementação e pelo aperfeiçoamento do conhecimento científico. Esses se dariam em termos de uma maior abrangência da análise, por exemplo, com a inclusão de mais variáveis que contribuem para o acontecimento de determinado fenômeno. Também há um questionamento acerca de como as coisas se tornaram do jeito que estão, e como poderiam se alterar, para além de uma mera descrição dos fatos.

Ao se incorporar o referido eixo temático, ou seja, a perspectiva da pessoa que a desenvolveu, ficariam claras as premissas ontológicas, epistemológicas e axiológicas que sustentam determinada teoria, concedendo-lhe maior validade. O pós-positivismo traz à luz a perspectiva que origina e alicerça (e ao mesmo tempo limita) determinada teoria. A revelação de nossas limitações e pressuposições não leva necessariamente à distorção de uma investigação teórica. Ela cumpriria uma função considerada essencial pelas teorias críticas que é a de revelar o seu propósito.

Defende-se que o conhecimento científico pode avançar de forma significativa quando o foco da discussão são as premissas assumidas, já que as questões de observação e análise delas derivam. Além disso, se a teoria interfere na prática, o seu propósito precisa estar evidente para que se possa escolher entre diversas posições e opções, aquela que traga maiores benefícios. Assumindo que toda teoria tem algum efeito sobre a realidade, ao contrário das teorias que se propõem a descrever (ou melhor, interpretar) a realidade, as teorias críticas buscam transformá-la.

Ao contrário das teorias pós-modernas, as teorias críticas expõem a natureza contingente do conhecimento, mas não o negam, elas acreditam que o conhecimento científico pode (e deve) ser progressivo. Teorias críticas revelam a conexão que existe entre moralidade e poder, que é de importância fundamental para a vida em sociedade, e para que se reflita sobre novas perspectivas sócio-políticas. Seria preciso se chegar a alguns princípios básicos consensuais sobre ética para se atingir uma política de ação emancipatória consistente (propósito das teorias críticas).

Na visão das teorias críticas a concepção tradicional das teorias dominantes dos estudos de Relações Internacionais era absolutista e justificada de maneira atemporal, de modo que o papel do teórico e da ação humana era menosprezado. Haveria, portanto, uma ausência de reflexibilidade nelas, fazendo com que escolhas passassem por verdades e tornando-as profecias autorrealizáveis, visto que suas regras guiavam o comportamento e as expectativas dos atores políticos relevantes, fazendo com que eles reproduzissem o que elas descreviam. De acordo com Cox, como já foi apontado, a teoria segue a realidade, mas também a precede e a modela.

Por entender as estruturas como resultantes da interação de forças, incluindo forças sociais, a Teoria Crítica mostra o potencial da ação humana para promover mudanças no sistema internacional. Cox explica que divergências entre imagens coletivas trazem a evidência de que existem alternativas, outras instituições, formas de governo ou de governança possíveis. Quando os significados intersubjetivos dominantes são questionados por não darem conta de problemas com os quais as sociedades se deparam, então é possível que mudanças estruturais ocorram.

As teorias construtivistas iluminaram vários aspectos da política mundial, ao darem importância para fatores ideacionais, em especial aqueles vinculados aos parâmetros e às dinâmicas da comunidade moral. Estudos desenvolvidos por teóricos construtivistas sobre a construção social das identidades dos atores e das instituições tornaram-se fundamentais para entender as dinâmicas das Relações Internacionais. A noção de identidade revela os interesses e as possibilidades de ação dos atores e, portanto, permite prever comportamentos e mudanças no sistema internacional.

Buscou-se mostrar que as abordagens tradicionais falharam em captar o fim da Guerra Fria porque seus enquadramentos teóricos desconsideravam fatores que não são observáveis a partir da lente estatocêntrica, como fatores transnacionais e intranacionais. As teorias críticas salientam que é preciso considerar as forças de interação que compõem o Estado, bem como os processos sociais nacionais e transnacionais de forma a verificar como eles interferem no desenvolvimento do Estado e da ordem mundial.

Os teóricos críticos têm consciência de que ao longo da história o Estado desempenhou funções diversas e promoveu valores distintos. Cox explica que em momentos de crise é natural que sejam questionados quais objetivos e valores estão sendo promovidos pelos Estados. Com o fim da Guerra Fria, não só o paradigma realista é contestado, como há uma crise nas estruturas de autoridade baseadas no Estado-nação. Intensifica o debate acerca da função do Estado e das instituições internacionais. A emergência de novos temas de caráter transnacional revela a necessidade de cooperação entre os Estados, e ao mesmo tempo desafia a concepção de soberania estatal.

A aceleração da globalização produz vários impactos sobre a vida das pessoas que começam a promover um debate público cada vez mais intenso. Movimentos transnacionais que reivindicam uma maior democratização da esfera nacional e internacional ganham força, e exercem pressão para que sejam incluídos novos temas na agenda internacional. Teóricos críticos também defendem a ideia de ampliação da agenda, e propõem que sejam repensadas as funções dos Estados. Estudos críticos de segurança defendem que colocar o Estado como objeto de referência da segurança é confundir meios com fins. O propósito dessas abordagens

é revelar as concepções políticas que estão por trás do conceito de segurança, e que não são abordadas pelas teorias tradicionais.

Em suma, este trabalho buscou expor que as abordagens teóricas tradicionais de Relações Internacionais são limitadas, que não dão conta de explicar alguns fenômenos principalmente ligados a transformações da ordem internacional, e ao mesmo legitimam ações que promovem situações de insegurança. A preocupação delas não é a de buscar um futuro melhor do que o presente, como é o das teorias críticas, mas o de explicar a realidade sem perceber que acabam moldando-a. Considera-se que os questionamentos levantados pelas correntes pós-positivistas são extremamente relevantes para contribuir com a construção de um conhecimento progressivo e mais sofisticado dentro do campo. A diversidade de abordagens permite um debate mais rico e mostra as diferentes possibilidades de ação política que existem.

Considera-se importante que acadêmicos e estudantes de Relações Internacionais tenham maior consciência sobre a função social das teorias. É preciso desenvolver um senso crítico para identificar as implicações de se abordar um tema de uma determinada maneira, que acaba negligenciando outras. Teorizar é uma ação política, e tem efeitos sobre a realidade. Expor as consequências e propósitos implícitos numa teoria é importante para que se tomem decisões cientes de suas implicações. Enquanto a entidade abstrata denominada Estado seguir sendo o foco dos estudos de Relações Internacionais, se estará, como afirmou Booth, confundindo fins com meios.

REFERÊNCIAS

BILGIN, Pinar. Critical Theory. In: WILLIAMS, Paul D. (Org.) *Security Studies: An Introduction*. Abingdon: Routledge, 2008, p.89-102.

BLUTH, Christoph. Norms and International Relations: the anachronistic nature of neo-realist approaches. School of Politics and International Studies, University of Leeds. *POLIS Working Paper No. 12*, Fevereiro/2004. Disponível em: <<http://www.polis.leeds.ac.uk/assets/files/research/working-papers/wp12bluth.pdf>> Acesso em: 24 out. 2012.

BOOTH, Ken. Dare not to Know: International Relations Theory versus the Future. In: BOOTH; SMITH (org.). *International Relations Theory Today*. United States, Pennsylvania State University Press, 1995, p.328-350.

_____. Security and Self Reflections of a Fallen Realist. Strategies in Conflict: *Critical Approaches to Security Studies*, conference convened by the Centre for International and Strategic Studies, York University, Toronto, 12-14 Maio 1994. Occasional Paper Número 26, Outubro/1994.

_____. Security in anarchy: utopian realism in theory and practice. *International Affairs*, vol. 67, n.3, 1991, 527-545. Disponível em: <<http://dc440.4shared.com/doc/u3PaMxtR/preview.html>>. Acesso em: 15 nov. 2012.

BURCHILL, Scott et al. (Org.). *Theories of International Relations*. 3. ed. New York: Palgrave Macmillan, 2005, p.310.

COX, Robert W. Rumo a uma conceituação pós-hegemônica da ordem mundial: reflexões sobre a relevância de Ibn Kaldun. In: ROSENAU, James N.; CZEMPIEL, Ernst-Otto (Org.). *Governança sem governo: ordem e transformação na política mundial*. Brasília: Editora Universidade de Brasília; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2000, p.183-218.

_____. Social Forces, States and World Orders: Beyond International Relations Theory. In: KEOHANE, Robert O. (Ed.) *Neorealism and its critics*. New York: Columbia University Press, 1986, p.204-254.

HAMPSON, Osler. Human Security. In: WILLIAMS, Paul D. (Org.) *Security Studies: An Introduction*. Abingdon: Routledge, 2008, p. 229-243.

HERZ, Mônica. Teoria das Relações Internacionais no Pós-Guerra Fria. *SciELO Brasil*, Rio de Janeiro, v. 40, n. 2, 1997. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0011-52581997000200006&script=sci_arttext>. Acesso em: 22 set. 2012.

HOFFMAN, Mark. Normative international theory: approaches and issues. In: GROOM, A.J.R; LIGHT, Margot (Ed.). *Contemporary International Relations: A Guide to Theory*. Pinter publishers: London, 1994, p. 27-44.

JACKSON, Robert H. The Political Theory of International Society. In: BOOTH; SMITH (org.). *International Relations Theory Today*. State College: Pennsylvania State University Press, 1995, p.110-128.

LAPID, Yosef. The Third Debate: On the Prospects of International Theory in a Post-Positivist Era. *International Studies Quarterly*, Bloomington , v. 33, n.3, 1989, p. 236-254. Disponível em: <<http://www.artsrn.ualberta.ca/courses/PoliticalScience/661B1/documents/Lapid3rdDebateInternTheoryPostPositivistEra.pdf>>. Acesso em: 14 set. 2012.

LAKATOS, Imre. The Methodology of Scientific Research Programmes. *Philosophical Papers*, Vol. 1. Cambridge: Cambridge University Press, 1999.

LINKLATER, Andrew. Neo-realism in Theory and Practice. In: BOOTH, Ken; SMITH, Steve (Org.). *International Relations Theory Today*. State College: Pennsylvania State University Press, 1995, p.241-262.

MCDONALD, Matt. Constructivism. In: WILLIAMS, Paul D. (Org.) *Security Studies: An Introduction*. Abingdon: Routledge, 2008, p. 59-72.

MELLON, James G. Constructivism and Moral Argument in International Relations. *Canadian Political Science Association (CPSA), Annual Conference*, 2005. Disponível em: <<http://www.cpsa-acsp.ca/papers-2009/mellon.pdf> >. Acesso em: 3 out. 2012.

PRICE, Richard; REUS-SMITH, Christian. Dangerous Liaisons? Critical International Theory and Constructivism. *European Journal of International Relations*, London, v. 4, n. 3, p. 259-294, 1998. Disponível em: <<http://www.artsrn.ualberta.ca/courses/PoliticalScience/661B1/documents/PriceReusSmithCriticalInternatlTheoryConstructivism.pdf>>. Acesso em: 10 out. 2012.

ROSENAU, James N. Governança, ordem e transformação na política mundial. In: ROSENAU, James N.; CZEMPIEL, Ernst-Otto (Org.). *Governança sem governo: ordem e transformação na política mundial*. Brasília: Editora Universidade de Brasília; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2000, p.11-46.

SARFATI, Gilberto. *Teorias de Relações Internacionais*. São Paulo: Saraiva, 2005, p.383.

SILVA, Marco Antônio de Meneses. Teoria Crítica em Relações Internacionais. *Contexto Internacional*, Rio de Janeiro, v. 27, n. 2, jul./dez.2005, p. 249-282. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cint/v27n2/v27n2a01.pdf>>. Acesso em: 23 set. 2012.

SMITH, Steve. The Self-Images of a Discipline: A Genealogy of International Relations Theory. In: BOOTH, Ken; SMITH, Steve. (Org.). *International Relations Theory Today*. State College: Pennsylvania State University Press, 1995, p. 1-37.

TICKNER, J. Ann. Revisioning Security. In: BOOTH, Ken; SMITH, Steve. (Org.). *International Relations Theory Today*. State College: Pennsylvania State University Press, 1995, p.175-197.

VASQUEZ, John A. The Post-Positivist Debate: Reconstructing Scientific Enquiry and International Relations Theory After Enlightenment's Fall. In: BOOTH, Ken; SMITH, Steve (Org.). *International Relations Theory Today*. State College: Pennsylvania State University Press, 1995, p. 217-240.

WYN JONES, Richard. *Security, Strategy and Critical Theory*. London: Lynne Rienner Publishers, Inc. 1999, p.191. Disponível em:
<<http://www.ciaonet.org/book/wynjones/index.html>>. Acesso em: 10 out. 2012.